



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PINHEIRO
CURSO DE PEDAGOGIA

REGILENE BRITO COSTA

AUDIODESCRIÇÃO E ACESSIBILIDADE CULTURAL: uma análise das impressões dos espectadores com deficiência visual sobre a peça “Paixão de Cristo” no município de Pinheiro (MA)

Pinheiro
2021

REGILENE BRITO COSTA

AUDIODESCRIÇÃO E ACESSIBILIDADE CULTURAL: uma análise das impressões dos espectadores com deficiência visual sobre a peça “Paixão de Cristo” no município de Pinheiro (MA)

Monografia apresenta ao Curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Pinheiro da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientador (a): Profa. Ma. Dinalva Pereira Gonçalves

Coorientador (a): Prof. Ma. Larissa Maria Vitor Dourado

Pinheiro
2021

Costa, Regilene Brito.

Audiodescrição e acessibilidade cultural: uma análise das impressões dos espectadores com deficiência visual sobre a peça “Paixão de Cristo” no município de Pinheiro (MA) / Regilane Brito Costa. – Pinheiro, MA, 2021.

... f

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Centro de Estudos Superiores de Pinheiro, Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientadora: Profa. Ma. Dinalva Pereira Gonçalves.

Coorientadora: Profa. Ma Larissa Maria Vitor Dourado.

1. Deficiência visual. 2. Audiodescrição 3. Acessibilidade cultural
I.Título.

CDU: 821.134.3(812.1)-2-056.262

Elaborado por Giselle Frazão Tavares- CRB 13/665

REGILENE BRITO COSTA

AUDIODESCRIÇÃO E ACESSIBILIDADE CULTURAL: uma análise das impressões dos espectadores com deficiência visual sobre a peça “Paixão de Cristo” no município de Pinheiro (MA)

Monografia apresenta ao Curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Pinheiro da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: 21/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Dinalva Pereira Gonçalves

Mestra em Educação-Gestão do Ensino da Educação Básica (PPGEEB/UFMA)

Profa. Ma. Marilda de Fátima Lopes Rosa

Mestrado em Ciências da Educação (Instituto Latinoamericano y Caribeño)
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Ma Naysa Christine Serra Silva

Mestrado em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA)
Universidade Estadual do Maranhão

Dedico este trabalho a Deus e à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me conceder a graça de desenvolver esse trabalho, bem como de facultar-me a determinação indispensável para vencer cada obstáculo que surgiu durante o desenvolvimento desta pesquisa, pois sem Ele, a realização deste trabalho monográfico seria impossível.

A minha mãe, minha inspiração, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida, por todo esforço investido na minha educação e por acreditar que eu seria capaz de superar os obstáculos que a vida me apresentou.

Ao meu pai (in memoriam), que enquanto esteve presente, foi um grande incentivador para concretização desta conquista, com muito amor e saudades.

Aos meus irmãos, pela amizade e atenção dedicadas quando sempre precisei, por estarem ao meu lado e por me fazerem ter confiança nas minhas decisões.

A minha orientadora, Dinalva Gonçalves, que aceitou me conduzir nesta monografia, pela inestimável contribuição e encorajamento dados durante todo este processo.

A minha coorientadora, Larissa Dourado, que contribuiu norteando o projeto na direção correta, pela grande atenção e paciência dispensada, pelo insigne empenho, assim como pelas valiosas indicações, além de uma sincera e admirável amizade que se tornou essencial para que este projeto fosse concluído.

Ao meu estimado amigo, Lucivaldo Araújo, pela ampla experiência compartilhada, pela amizade genuína e por todo seu apoio.

A minha amiga, Tamyres Alves, pelo companheirismo e amizade verdadeira ao longo desta trajetória.

A todos colaboradores desta pesquisa, tais como o profissional ligado a Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer, aos deficientes visuais entrevistados, à direção da peça teatral “Paixão de Cristo”, e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para o resultado deste trabalho.

A Universidade Estadual do Maranhão, pela distinta qualidade do ensino oferecido, bem como pelo ilustre corpo docente, direção e administração que a compõem.

“A mente que vê sempre o lado positivo, isto é, otimismo, é a base para realizar o que quer que seja. Sem esperança, nada pode ser conseguido”

Helen Keller

RESUMO

O presente trabalho aborda a importância da audiodescrição, de modo particular, em eventos culturais, discutindo de que forma contribui para a inclusão do espectador com deficiência visual. Partiu de inquietações pessoais, pois sendo a autora deficiente visual, por vezes, se sentiu/sente excluída dos eventos que participa. A pesquisa objetivou analisar a audiodescrição como recurso de acessibilidade, tomando como referência a verificação das impressões dos espectadores com deficiência visual sobre a peça teatral “Paixão de Cristo” no município de Pinheiro (MA). Metodologicamente, trata-se de uma investigação de cunho qualitativo do tipo estudo de caso, realizada com um servidor vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer do município de Pinheiro e um grupo de quatro pessoas com deficiência visual, as quais já passaram pela experiência de acompanhar encenações teatrais nesse município. Os procedimentos utilizados para coleta dos dados foram uma entrevista individual e questionários aplicados via Google Forms. Os resultados obtidos demonstraram que deficientes visuais, espectadores da encenação teatral “Paixão de Cristo”, relatam dificuldades para apreender o contexto da encenação, bem como reconhecem a audiodescrição como um importante recurso para compreensão dos elementos visuais que a compõem. A pesquisa também demonstrou que a audiodescrição, de modo geral, ainda não é uma prática inserida às apresentações culturais na cidade de Pinheiro. Desse modo, sugerimos uma reflexão sobre esta temática por parte do poder público, bem como estudo de estratégias que venham favorecer a inserção da audiodescrição em eventos promovidos pela secretaria de cultura e que permitam atender as particularidades das pessoas com deficiência visual.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Audiodescrição. Acessibilidade cultural.

ABSTRACT

This work addresses the importance of audio description, in particular, in cultural events, discussing how it contributes to the inclusion of visually impaired spectators. It started from personal concerns, as the author is visually impaired, sometimes she felt/feels excluded from the events she participates. The research aimed to analyze audio description as an accessibility resource, taking as a reference the verification of the impressions of visually impaired spectators about the play “Paixão de Cristo” in the city of Pinheiro (MA). Methodologically, this is a qualitative case study investigation, carried out with a server linked to the Municipal Department of Culture, Sport and Leisure of the city of Pinheiro and a group of four people with visual impairment, who have already been through the experience of following theatrical performances in that municipality. The procedures used for data collection were an individual interview and questionnaires applied via Google Forms. The results obtained showed that visually impaired spectators of the theatrical staging “Passion of Christ” report difficulties in apprehending the context of the staging, as well as recognizing audio description as an important resource for understanding the visual elements that compose it. The research also showed that audio description, in general, is not yet a practice inserted in cultural presentations in the city of Pinheiro. Thus, we suggest a reflection on this theme by the government, as well as the study of strategies that will favor the insertion of audio description in events promoted by the culture department and that allow for meeting the particularities of people with visual impairments.

Keywords: Visual Impairment. Audio description. Cultural accessibility.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Audiodescrição
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
CBANT	Comitê Brasileiro de Acessibilidade de Normas Técnicas
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEAD	Legendagem e Audiodescrição
MIDIACE	Associação Mídia Acessível
OMS	Organização Mundial de Saúde
SEMUC	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
TRAMAD	Tradução, Mídia e Audiodescrição
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO DE ACESSIBILIDADE PARA CEGOS .	15
2.1 Audiodescrição: aspectos conceituais e históricos	15
2.2 Políticas públicas e legislação que amparam a Audiodescrição	21
2.3 Acessibilidade Cultural: desafios e possibilidades para pessoas cegas	26
2.4 Reflexões sobre cultura e audiodescrição na educação	30
3 ACESSIBILIDADE E PRÁTICAS DE AUDIODESCRIÇÃO EM ESPETÁCULOS TEATRAIS NA CIDADE DE PINHEIRO (MA)	34
3.1 Metodologia da pesquisa e caracterização dos participantes	35
3.2 Análise das práticas e necessidades de audiodescrição no espetáculo “Paixão de Cristo” em Pinheiro (MA)	37
3.2.1 Espetáculo “Paixão de Cristo” na cidade de Pinheiro	37
3.2.2 Impressões e apontamentos sobre as condições de acessibilidade da peça “Paixão de Cristo” em Pinheiro	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	60
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com representante da secretaria de cultura ..	60
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com deficientes visuais	63
ANEXO A – Histórico do grupo teatral Paixão de Cristo	65
ANEXO B - Relatório de Gestão 2017 – 2020.....	65

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, há uma crescente discussão sobre os direitos humanos e uma constante luta na defesa de valores como dignidade, inclusão e combate à discriminação. Nesse sentido, diversas leis, decretos e portarias têm sido formulados pelo Ministério das Comunicações em prol da chamada eliminação de barreiras na comunicação, visando garantir o direito de acesso à informação, comunicação, cultura e ao lazer.

Nesse âmbito, ao longo dos anos, é perceptível um crescimento de implantações de políticas públicas para ampliar a participação de pessoas com deficiências. Contudo, percebemos que apesar das muitas lutas, a maioria das pessoas que “não possuem nenhuma deficiência”, principalmente em municípios distantes da capital do estado, não acompanham essas mudanças ocorridas por meio de leis que beneficiam este público.

A falta de conhecimento prático sobre os recursos de acessibilidade, aplicados em atividades diversas, dos videntes que convivem com deficientes visuais, levam a não compreensão da importância de descrever situações visuais corriqueiras tão importantes as quais não podem ser captadas por pessoas cegas ou com baixa visão.

Em vista disso, é de suma importância criar estratégias e ter condutas inclusivas que levem a pessoa cega a ter acesso à informação visual, já que a falta de acessibilidade acaba por excluí-la de quaisquer que sejam os setores da vida social. Conforme Mantoan (2002, p. 31): “Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra a exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas”. Portanto, essa é uma pauta que pode gerar mudanças no sentido do combate às barreiras que impedem a pessoa com deficiência visual a participar ativamente e/ou compreender o conteúdo de eventos culturais.

O mundo é marcado pelas tecnologias e distintas formas de acesso a informação, na maioria das vezes acompanhada de imagens cada vez mais complexas e que exigem da pessoa que não enxerga formas de saber o que está sendo visto, seja pelo uso de aplicativos seja pela tecnologia assistiva que possibilita que aquele produto se torne acessível. Partindo desse pressuposto, o recurso da audiodescrição apresenta-se como uma ferramenta de acessibilidade fundamental

para barreiras no acesso ao conhecimento e entendimento de mundo para os deficientes visuais (LIMA, GUEDES & GUEDES, 2009).

Conforme dados estatísticos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 24% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência visual, mais especificamente no Nordeste com 4,1% (2.192.455) de habitantes com dificuldade permanente de enxergar, mesmo com a utilização de óculos ou lentes de contato. Esses dados demonstram que há um número expressivo de pessoas que podem usufruir da audiodescrição nos mais diversos segmentos sociais.

Portanto, esta pesquisa envolve políticas que atendam pessoas com deficiência visual, contribuindo para sua participação na sociedade, mostrando-se eficaz em suas práticas cotidianas. O interesse pela temática surgiu pela vivência da pesquisadora enquanto cidadã com deficiência visual residente na cidade de Pinheiro (MA), pois em seu cotidiano, em episódios anteriores, enfrentou dificuldades para participar de eventos culturais e sociais pela ausência de conhecimento das pessoas videntes sobre o recurso da audiodescrição.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de interessados, juntamente com o poder público, refletirem sobre a importância da audiodescrição enquanto recurso de inclusão social e de acessibilidade cultural. Conseqüentemente, a necessidade de discutir a temática, focando na relevância da audiodescrição como ferramenta essencial para a inclusão social das pessoas com deficiência visual, é entendida como uma demanda a ser considerada e investigada. Vale esclarecer que a escolha pela encenação “Paixão de Cristo” se deu por ser um evento de grande porte, com grande número de espectadores entre videntes e pessoas com deficiência visual na cidade de Pinheiro (MA).

Partindo desse pressuposto, surgiu o seguinte questionamento: De que forma a secretaria de cultura do município de Pinheiro (MA) contribui com a inclusão do espectador com deficiência visual na encenação teatral “Paixão de Cristo” para acesso à cultura e informação? Para responder nossa problemática da pesquisa, levando em conta experiências anteriores com a exibição dessa peça teatral, levantamos como principal hipótese a crença que a secretaria de cultura local possui poucas ações voltadas para inclusão do espectador com deficiência visual nas atividades culturais.

Na tentativa de evidenciar esse e outros questionamentos decorrentes do

processo investigativo, elencamos como objetivo geral: Analisar a audiodescrição como recurso de acessibilidade, tomando como referência a verificação das impressões dos espectadores com deficiência visual sobre a peça teatral “Paixão de Cristo” no município de Pinheiro (MA). E como objetivos específicos: discutir as recomendações contidas em diretrizes nacionais que norteiam o uso do recurso de audiodescrição no âmbito cultural; verificar a existência de políticas públicas locais, profissionais e/ou ações da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer do município de Pinheiro ligados à pauta de inclusão na esfera pública municipal; analisar percepções de pessoas com deficiência visual sobre a utilização e/ou necessidade da ferramenta da audiodescrição na atividade cultural “Paixão de Cristo” no município de Pinheiro.

Nesta pesquisa, de cunho qualitativo, a metodologia utilizada foi o estudo de caso. Utilizamos como procedimentos de investigação, levantamentos bibliográficos e documentais, a saber: livros, artigos e documentos norteadores da encenação teatral Paixão de Cristo no município de Pinheiro. Num segundo momento, realizou-se entrevistas com servidores vinculados à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, bem como aplicação de questionário online com pessoas com deficiência visual. Como embasamento teórico utilizou-se autores como Franco e Silva (2010), Lima et. al. (2011), Motta (2010) e Sarraf (2012), além de normativas que norteiam a utilização da audiodescrição como recurso de acessibilidade.

Como estruturação deste trabalho, além deste capítulo introdutório, apresentamos uma discussão conceitual e histórica sobre a audiodescrição; em seguida abordamos os dispositivos legais que amparam esse recurso, além de discorrermos sobre a acessibilidade cultural e a importância da audiodescrição no campo da educação. Por fim, apresentamos o capítulo que detalha o percurso metodológico e apresenta os resultados da pesquisa.

2 AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO DE ACESSIBILIDADE PARA CEGOS

A perspectiva apontada pela Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência trata do respeito à diferença e defende a dignidade inerente a essa parcela da população, o que é de suma importância. Por meio de recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência, torna-se possível promover a independência pessoal, a plena e efetiva participação na sociedade, a igualdade de oportunidades, além de combater a discriminação (BRASIL, 2008).

Embora ainda existam desafios nesse campo, avanços podem ser encontrados nas implantações de políticas públicas inclusivas, conforme exposto neste capítulo.

2.1 Audiodescrição: aspectos conceituais e históricos

Partindo da garantia disposta na Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é importante entendermos a origem da audiodescrição e sua definição à luz de autores que investigam esse fenômeno.

De acordo com Mota e Filho (2010), a audiodescrição (AD) envolve a tradução do mundo visual para descrições escritas e/ou sonoras para as pessoas com deficiência visual; logo, é um recurso de acessibilidade que possibilita a participação das pessoas cegas em eventos educacionais, sociais e culturais, sejam eles gravados ou ao vivo. Ademais, de acordo com os supracitados, são exemplos de eventos: musicais, peças teatrais, competições de danças, exposição de arte, dentre outros. Uma simples atividade, como assistir programas ou filmes na televisão, pode ser difícil e até limitante, já que em alguns casos algumas cenas não possuem diálogos, impossibilitando a compreensão do que se passa.

Lima *et al* (2011) afirma que a AD deve ser considerada uma descrição regrada, adequada a construir entendimento, onde antes não existia, ou era impreciso; uma descrição plena de sentidos e que mantém o foco nos elementos do áudio (narração) e da descrição (escolhas tradutórias), previamente planejados e validados pelos profissionais videntes que audiodescrevem produtos audiovisuais. Neste

sentido, a AD envolve a imagem não vista e a imagem construída na mente de quem a ouve.

Franco e Silva *apud* Motta e Filho (2010, p. 19) afirmam que “A audiodescrição consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão [...]”. Desse modo, podemos dizer que a AD é um recurso utilizado para traduzir oralmente os diversos tipos de materiais, (como os exemplos citados acima) para permitir que as pessoas cegas possam ter acesso aos diferentes tipos de produções culturais. Neste sentido, “[...] trata-se de uma narração adicional que descreve a ação, a linguagem corporal, as expressões faciais, os cenários e os figurinos. A tradução é colocada entre os diálogos e não interfere nos efeitos musicais e sonoros. [...]” (ARAÚJO, 2010, p. 83).

A atividade de tradução que se segue a partir da AD possibilita o acesso, bem como a interação do deficiente visual com a cultura, produzindo informações que permitirão a iniciação e a inclusão destes na sociedade. Todavia, vale ressaltar que esta atividade não é tão simples como aparenta, uma vez que se deve ter cuidado no “como” transmitir essas informações de maneira que o deficiente em questão possa compreender aquilo que está sendo descrito. Portanto, a AD é muito mais do que apenas “descrever o que se vê”, esta é uma concepção ultrapassada.

Quando tratamos da AD como recurso de tradução, utilizamos a definição de Jakobson (1995) que declara que há três tipos de tradução diferentes: “[...] a interlinguística ou tradução propriamente dita (texto de partida e chegada em outra língua); a intralinguística ou reformulação (texto de partida e chegada na mesma língua); e a intersemiótica ou transmutação. [...]” (JAKOBSON, 1995, p. 64). Esta última está associada com a possibilidade de se traduzir imagens de forma verbal, ou seja, podemos afirmar que a AD é uma tradução intersemiótica, uma vez que traduz o mundo visual de forma totalmente verbal.

Como um recurso de acessibilidade, a AD possui características próprias que lhe confere um conceito particular. Por isso, não pode e não deve ser compreendida como uma descrição simples, ou uma narrativa explicativa sobre os fatos ou ainda uma exposição narrativa daquilo que se vê.

Apesar do termo, tecnicamente, ter sido criado há algumas décadas, a

utilização dessa técnica de audiodescrever é bem antiga, e era feita por pessoas próximas – amigos, cuidadores, familiares, etc. – ao deficiente visual, que de maneira bastante simplória explicavam o mundo aos não-videntes¹.

Embora seja algo que não tenha surgido de uma hora para outra, tendo em vista que as pessoas cegas sempre precisaram de alguém que traduzisse o mundo ao seu redor, houve a preocupação com a necessidade de aperfeiçoar essa estratégia tradutória, visando explicar o mundo e produtos audiovisuais aos cegos. Sendo assim, ganhou cunho científico a partir da década de 1970, nos Estados Unidos, pelo professor universitário Gregory Frazier que

Certo dia, enquanto assistia a um filme na televisão em companhia de um amigo cego, Frazier notou que seu amigo necessitava de ajuda para poder acompanhar o desenvolvimento da trama, pois era preciso ter conhecimento de certos pormenores informados unicamente pelo canal visual. Enquanto a história se desenvolvia, Frazier passou a inserir rápidas descrições daqueles elementos visuais que ele considerava ‘essenciais’ ao acompanhamento da narrativa, surgindo daí a ideia de auxiliar outras pessoas com deficiência visual a acompanhar e desfrutar da programação televisiva (ADERALDO; NUNES, 2017, p.20).

Após essa experiência, a AD nasceu enquanto atividade técnica, profissional e foi formalizada a partir das ideias desenvolvidas por Gregory Frazier, em sua dissertação de mestrado, apresentada na Universidade de São Francisco. Em seguida, Frazier criou uma empresa chamada *Audio Vision*, ligada à Universidade, com o intuito de conceder acessibilidade na televisão (ADERALDO; NUNES, 2017).

Porém, apesar de ter nascido sobre a visão de um possível estudo científico, é no setor cultural que a AD vai ganhando vida, sob a responsabilidade do casal Margaret e Cody Pfanstiehl, sendo Margaret deficiente visual. O casal se tornou pioneiro nas primeiras audiodescrições em ambientes culturais e nas divulgações para que a AD pudesse ter voz e se ampliar a outros setores, bem como contribuíssem e se tornassem mais acessível aos cegos (FRANCO E SILVA, 2010).

Os supracitados enfatizam que AD, habilitada para uso em eventos culturais ou programas televisivos, iniciou a partir da década de 1980. Nota-se que não foi algo que ascendeu rapidamente, mas sim, algo que aos poucos foi ganhando espaço. Vale ressaltar que as primeiras produções culturais a serem adaptadas com o recurso da audiodescrição foram a peça *Major Barbara*, exibida no *Arena Stage*

¹ A palavra “vidente” corresponde a “que enxerga” e “não-vidente” relativo a deficiente visual. O termo é utilizado nas produções literárias sobre deficiência visual para diferenciar as pessoas que enxergam das que não enxergam.

Theater em Washington DC, em 1981, e a série de TV *American Playhouse*, transmitida pela *Public Broadcasting Service*, em 1982; ambas as peças foram descritas por Margaret e Cody Pfanstiehl (FRANCO E SILVA, 2010).

Com o avanço da AD, como suporte necessário e essencial para auxiliar as pessoas com deficiência visual, surgiu então o interesse em criar programas de áudio secundário para utilizar na televisão esse recurso para as pessoas cegas.

Ainda em 1990, quatro organizações foram premiadas pela National Academy of Television Arts and Sciences por suas importantes contribuições para levar a AD à televisão: o AudioVision Institute, criado pelos Drs. Gregory Frazier e August Coppola em 1987 na San Francisco State University; a Narrative Television Network (NTN), fundada por James Stovall em 1989; o Metropolitan Washington Ear; e a WGBH. O AudioVision Institute, além de promover cursos em audiodescrição e pesquisar diversas aplicações para a técnica, foi responsável pela exibição do primeiro filme com AD nos EUA, *Tucker* de Francis Ford Coppola, irmão de August Coppola. [...] (FRANCO; SILVA, 2010, p. 21)

Após sua aparição no teatro e na televisão, a AD cresceu e ganhou espaço também nas salas de cinema e em óperas, produzindo dois grandes espetáculos: a ópera *Madame Butterfly*, em 1994; e o filme *O Chacal*, exibido em 1999.

Alguns anos mais tarde, a AD que teve seu surgimento nos Estados Unidos, foi se expandindo e ganhando espaços também em outros países.

A Europa foi apresentada à técnica em meados da década de 80, mais precisamente em 1985. As produções amadoras do pequeno teatro *Robin Hood* em Averham, na Inglaterra, foram as primeiras a contar com o recurso. Exibições de caráter profissional e em larga escala passaram a ser oferecidas no Theatre Royal em Windsor a partir de 1988, sendo a primeira delas a peça *Stepping out*. [...] (FRANCO; SILVA, 2010, p. 21).

As produções amadoras do pequeno teatro *Robin Hood* em Averham, na Inglaterra, foram as primeiras a contar com o recurso da AD e exigiram um caráter profissional, o que evidencia a importância do vidente saber audiodescrever para o público deficiente visual (ADERALDO; NUNES, 2017). Em conseqüente:

[...] a AD, na forma pela qual conhecemos hoje, chega à Espanha. Em 1987, a Organización Nacional de Ciegos Españoles (ONCE) audiodescreve o filme *O último Tango em Paris*. Em seguida, é a vez da França. O país é apresentado à técnica durante o festival de Cannes de 1989. [...] Ainda em 1989, os franceses audiodescrevem seu primeiro filme, *Indiana Jones e a Última Cruzada*. Nesse mesmo ano, as primeiras sessões especiais de cinema com AD são organizadas na Alemanha, fruto dos relatos ouvidos sobre a exibição dos filmes em Cannes. [...] (FRANCO; SILVA, 2010, p. 22)

Com o expansionismo da AD, que aos poucos foi ganhando espaço em diversos países, começaram-se as pesquisas para levantar dados sobre a porcentagem da população cega, seus hábitos e preferências relacionados às questões televisivas e outras formas de produções culturais, quais benefícios a AD trouxe para essas pessoas que possuem deficiência visual, bem como se a utilização desse recursos, principalmente nos programas de televisão, conseguia suprir as limitações que antes eles tinham com relação a essas atividades (ADERALDO; NUNES, 2017).

Após diversas investigações e publicações de artigos que tratavam do tema em questão, chegou-se à conclusão que a AD, além de trazer diversos benefícios às pessoas com deficiência visual, seria de fundamental importância para “[...] a aquisição de conhecimentos sobre o mundo visual, especialmente aqueles ligados a normas de interação social pois proporcionaria um sentimento de maior independência, igualdade e inclusão [...]” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 23).

No Brasil, a utilização da AD chega bem mais tarde. Sua primeira aparição pública, data do ano de 2003, durante o festival temático *Assim Vivemos*, com AD ao vivo. O primeiro filme brasileiro audiodescrito *Irmãos de Fé*, do Padre Marcelo Rossi, é lançado em 2005; o segundo filme a utilizar a técnica foi *Ensaio sobre a Cegueira*, publicado no ano de 2008. Em 2005 o primeiro comercial com AD foi transmitido em rede televisiva, envolvendo a empresa Natura, veiculado no intervalo da novela das 21h, na rede Globo. Nos anos seguintes, a AD ainda fez aparições em festivais de cinema, festivais de curtas-metragens, peças teatrais, óperas e espetáculos de dança.

Com a crescente demanda, fez-se necessária organização e “[...] com o intuito de fortalecer e promover a audiodescrição no país, foi formada a primeira associação de audiodescritores do Brasil, a MIDIACE – Associação Mídia Acessível, em setembro de 2008. [...]” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 27). Promovendo, desse modo, a ampliação e acessibilidade das pessoas cegas em produções audiodescritas.

Contudo, apesar de todos esses acontecimentos históricos, existe uma carência em estudos sobre a AD no país. Uma das poucas pesquisas na área da audiodescrição e que ganhou notoriedade, é realizada pelo grupo Tradução, Mídia e Audiodescrição (TRAMAD).

O TRAMAD é um grupo de pesquisa certificado pelo CNPq e pioneiro no Brasil, tendo iniciado suas atividades no ano de 2004. Coordenado pela Dra. Eliana Franco (UFBA), o TRAMAD reúne pesquisadores voluntários graduados e pós-graduados, dentre eles, uma consultora com deficiência

visual. O grupo realiza estudos com vistas a elaborar um modelo de audiodescrição que vá ao encontro das necessidades e preferências do público brasileiro com deficiência visual. [...] (FRANCO; SILVA, 2010, p. 29)

Esse é o principal grupo de pesquisas acadêmicas na área da AD no país. O grupo é responsável por contribuições com AD para eventos culturais públicos, por divulgações e contribuições em pesquisas de caráter nacionais e internacionais. Outro grupo que vem se destacando na área da audiodescrição é o Legendagem e Audiodescrição (LEAD), coordenado pela Dra. Vera Lúcia Santiago Araújo, da Universidade Estadual do Ceará.

[...] O LEAD tem como objeto de pesquisa a acessibilidade audiovisual para cegos e surdos. [...] tem desenvolvido o importante projeto DVD Acessível, que busca promover a audiodescrição de filmes em DVD junto a seus produtores (FRANCO; SILVA, 2010, p. 29-30).

Assim como nos países citados anteriormente, o Brasil também possui suas exigências para o profissional que quer adentrar no campo da AD, pois se trata de uma profissão regulamentada, com dois modelos de formação: “[...] o treinamento através de cursos informais promovidos pela iniciativa privada e a formação universitária certificada no nível de especialização ou extensão. [...]” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 30).

Para se formar um audiodescritor, os cursos possuem a seguinte estrutura curricular “1. Discussão de uma pesquisa sobre AD; 2. Análise de um filme audiodescrito; 3. Realização de uma AD. [...]” (ARAÚJO, 2010, p. 88). A preparação do profissional dessa área requer muito cuidado e dedicação, tendo em vista que o momento da descrição precisa ser feito com muita cautela, para que o produto final possa de fato ser significativo para as pessoas com deficiência visual.

É importante que o profissional, em formação ou que deseja adentrar nessa área, tenha acesso a materiais produzidos para conhecer mais quanto ao surgimento e às diversas possibilidades de aplicações da AD, o que o ajudará a realizar uma tradução que facilite a compreensão das pessoas cegas.

Pode-se observar que há, nos estudos supracitados, a presença da audiodescrição e a preocupação com a oferta de conteúdos acessíveis, pois “[...] Por ser considerada uma tradução, a AD é o resultado de escolhas que não podem ser aleatórias e que carecem de justificativa, não sendo suficiente seguir a instrução “descreva o que se vê”, corrente entre certos descritores. [...]” (ADERALDO; NUNES,

2017, p. 119). Portanto, a audiodescrição é uma técnica que exige conhecimento e capacidade para poder ser utilizada.

Esse é um fator central para se apresentar qualquer produto visual, tais como exposição de arte, eventos musicais, teatrais, pois é necessário que se dê atenção à linguagem corporal e facial, pois as pessoas com deficiência visual nem sempre são informadas de que o corpo também fala e, por vezes, esses detalhes passam despercebidos, impossibilitando que essa informação adicional seja captada pela pessoa cega.

Vale aqui mencionar as etapas pelas quais a AD deve seguir, preconizadas pelas diretrizes que estruturam a AD:

O processo de AD segue quatro etapas: elaboração do script com o auxílio do software Subtitle workshop (SW) e de um consultor com deficiência visual; produção do roteiro com todas as rubricas necessárias para a gravação em estúdio e mixagem da AD e do som original do filme. [...] (ARAUJO, 2010, p. 89)

É evidente que a AD possui uma riqueza de técnicas que necessitam ser usadas para que haja uma compreensão totalitária do que se está sendo descrito. Atualmente, uma das mais requisitadas técnicas de exposição da AD possui duas etapas:

Na primeira, a autora propõe que a obra seja segmentada metodologicamente em unidades (obra, figura e conjuntos de figuras e membros), cujas partes formam o eixo sintagmático e estrutural e, a partir das unidades que estas sejam analisadas pelas funções representacional, modal e composicional, sendo livre a escolha da unidade e da função para análise. [...] (ADERALDO; NUNES, 2017, p. 124)

Logo, entende-se que cada uma das possibilidades de analisar e descrever a obra, que será apresentada aos cegos, segue um modelo de descrição e deve ficar a critério do audiodescritor, uma vez que ele precisa conhecer tais técnicas e ter o controle total para usá-la. Ademais, essas técnicas servem para auxiliar tanto o descritor, no momento que ele está fazendo a AD, quanto a pessoa que possui a deficiência visual, na hora de fazer as aquisições mentalmente do que está sendo descrito.

No próximo tópico, serão analisados as políticas públicas e legislação que amparam a AD, estabelecendo-se relações com o crescimento das leis, regimentos e criações de políticas públicas.

2.2 Políticas públicas e legislação que amparam a Audiodescrição

A audiodescrição, enquanto recurso de acessibilidade, foi amplamente divulgado e bem recebido pela sociedade. Algumas leis foram aprovadas no Brasil para que as pessoas com deficiência visual pudessem ter acesso às diversas produções culturais e, conseqüentemente, promover a inclusão social delas.

Seguindo uma ordem cronológica, temos em dezembro de 2000 a primeira Lei sancionada que estabelece normas gerais, garantindo a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A Lei de nº 10.098/2000 veio para promover a inclusão de pessoas com deficiência por meio de providências que deveriam ser tomadas pela população em geral. Destacaremos aqui os artigos 2 (inciso II, alínea D) e 17 que fazem uma ressalva maior à audiodescrição (BRASIL, 2000).

No Art. 2º, para os fins desta Lei, são estabelecidas as seguintes definições:

II – Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

[...] d) Barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa (BRASIL, 2000)

Segundo esse dispositivo legal, o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (BRASIL, 2000).

Em dezembro de 2004, quatro anos após a Lei nº 10.048 ter sido sancionada, foi publicado o Decreto 5.296 “[...]que regulamenta a Lei de Acessibilidade, inclusive no que se refere à acessibilidade na comunicação, de modo geral, e, na televisão, em particular.” (FILHO, 2010, p. 41).

O artigo 52 deste decreto determinou a adaptação dos aparelhos televisores de modo a poderem ser usados por pessoas com deficiência, e o artigo 53 originalmente atribuiu à Anatel a competência para regulamentar as questões referentes à acessibilidade na programação veiculada pelas emissoras de televisão, entre elas: closed caption ou legenda oculta, audiodescrição e janela para intérprete de LIBRAS. (FILHO, 2010, p. 41).

Em fevereiro de 2005 foi assinado o Decreto nº 5.371/2006 que aprova a regulamentação dos serviços de comunicação ofertados pela televisão e pelos meios de comunicação. Em outubro do mesmo ano o Comitê Brasileiro de Acessibilidade de

Normas Técnicas (CBANT) publicou a Norma Brasileira NBR 15290, que estabelece que seja utilizada a legendagem como meio acessível para as pessoas que possuem deficiência auditiva, e a AD como meio acessível para as pessoas que possuem deficiência visual, como proposta de acessibilidade de comunicação na televisão, de forma que o deficiente consiga ter total autoridade de entendimento sobre as programações apresentadas (BRASIL, 2006).

Em dezembro de 2005 foi assinado o Decreto 5.645 que trouxe modificações ao Artigo 53 do Decreto 5.296; este atribui a responsabilidade pelas normatizações de acessibilidade das programações brasileiras ao Ministério das Comunicações. O Decreto ainda estabeleceu o prazo de 120 dias para que tais medidas fossem estabelecidas (BRASIL, 2006).

O artigo 53, regulamentado pelo Ministério das Comunicações, trata da utilização de sistemas que possibilitem acessibilidade comunicacional para surdos e deficientes visuais, dentre os quais a descrição e a narração em voz de cenas e imagens.

Em março de 2006, em reunião realizada junto ao Ministério Público Federal, algumas alterações foram feitas:

[...] a redação original do Decreto 5.296 remetia para a Anatel a competência para regulamentar a questão da aplicação de recursos de acessibilidade na televisão para pessoas com deficiência. Esse decreto, depois, foi alterado e a responsabilidade passou a ser do Ministério das Comunicações, cuja competência restringe-se à televisão aberta, de recepção livre e gratuita para o público em geral. (FILHO, 2010, p. 44).

Por conseguinte, não foram promulgadas leis que exigissem a obrigatoriedade de recursos de acessibilidade para as TVs por assinatura, da mesma forma como eram para as emissoras de televisão abertas.

Em 2006 o Ministério das Comunicações publicou a Portaria 310 que aprova a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, regulamentando prazos para que as emissoras de televisão, de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, se adequem às exigências sobre acessibilidade. Portanto,

A Norma Complementar nº 1 definiu carência de dois anos para que as emissoras de televisão tivessem tempo para promover as adequações necessárias em sua programação e, ainda, escalonamento progressivo da quantidade diária de programação que deveria ser transmitida com os recursos de acessibilidade previstos. (FILHO, 2010, p. 45).

O proposto seria que as emissoras de TV ofertassem pelo menos duas horas diárias de sua programação utilizando o recurso da AD. Porém, apesar de ter se tornado um direito garantido por lei, a AD ainda não é um recurso amplamente utilizado pelas emissoras de TV abertas.

A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência trata especificamente sobre a acessibilidade em seu artigo 30 e garante:

1. Os estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e deverão tomar todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:
 - a) - Desfrutar o acesso a materiais culturais em formatos acessíveis;
 - b) - Desfrutar o acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis (BRASIL, 2008, p 14)

Em maio de 2008, faltando apenas um mês para vencer o prazo estabelecido pelo Ministério das Comunicações para que as emissoras de TV colocassem em suas programações o recurso da audiodescrição, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) enviou ofício ao Ministério das Comunicações solicitando que o prazo estabelecido fosse prorrogado, em decorrência de “[...] impedimentos de uma ordem legal e uma série de dificuldades técnicas, operacionais e econômicas para a implementação dos recursos de acessibilidade na programação veiculada pelas emissoras afiliadas.” (FILHO, 2010, p. 47).

Nesse mesmo ano, a Portaria 403 (BRASIL, 2008c) suspendeu a obrigatoriedade do recurso da audiodescrição por 30 dias. A Portaria 466 (BRASIL, 2008b), de 30 de julho de 2008, restabeleceu a obrigatoriedade do recurso e concedeu prazo de 90 dias para que as emissoras iniciassem a transmissão de programas com audiodescrição. A Portaria 661 (BRASIL, 2008a), de 14 de outubro do mesmo ano, suspendeu novamente a aplicação do recurso para realização de uma nova consulta pública sobre a questão, com prazo até 30 de janeiro de 2009, sendo possível sua prorrogação sine die e a convocação de mais uma audiência pública. [...] (FRANCO; SILVA, 2010, p. 28).

No ano de 2009 a luta continua pela implementação da AD enquanto recurso de acessibilidade. Diversas reuniões aconteceram entre grupos específicos que lutavam pela inclusão da AD e o Ministério das Comunicações. Em maio de 2009, “[...] o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, mediante despacho, abriu nova consulta pública para receber contribuições a respeito da audiodescrição” (FILHO, 2010, p. 51).

Em novembro de 2009 o Ministério das comunicações publicou a Portaria 985,

[...] abrindo mais uma consulta pública na qual apresentou uma minuta de alteração da Norma Complementar nº 1/2006, propondo as seguintes modificações: Torna o recurso da audiodescrição exigível apenas na programação veiculada pelas emissoras no sistema de televisão digital;

1. Altera o cronograma de implementação da audiodescrição originalmente proposto para iniciar em 2 horas por dia chegando a 100% da programação após 10 anos, para 2 horas por semana a partir de julho de 2011 chegando, no máximo, a 24 horas por semana após 10 anos;
2. Desobriga as retransmissoras afiliadas a emissoras cabeça-de-rede de tornar acessíveis a programação própria (FILHO, 2010, p. 55).

Em 2010 foi publicado pelo Ministério das Comunicações a Portaria nº 188 – de 24 de março de 2010, que altera o subitem 3.3 e o item 7 da Norma Complementar nº 01/2006 – Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, aprovada pela Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006 (BRASIL, 2010).

No ano de 2013, a Lei nº 5.156 regulamenta a profissão de audiodescritor e a inclui na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2614-30) no Ministério do Trabalho. Em 2014 a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) altera algumas Instruções Normativas para melhores condições de acessibilidade, apresentando normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE.

Com a publicação da Lei 13.146 de 2015 (Lei da inclusão da pessoa com deficiência), a AD passa a ser garantida por lei, figurando entre os recursos de acessibilidade como as legendas ocultas e a Libras. De forma geral, esta lei destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania (BRASIL, 2015). Neste sentido, segundo o artigo 42, as pessoas com deficiência

[...] tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

- I - a bens culturais em formato acessível;
- II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e
- III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos (BRASIL, 2015, p. 15).

Sendo assim, a lei brasileira de inclusão determina que a pessoa com deficiência tem direito de participação às produções culturais de maneira acessível,

sendo vedada a recusa de oferta de acesso às diversas produções em formato acessível.

2.3 Acessibilidade Cultural: desafios e possibilidades para pessoas cegas

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), todos os cidadãos devem ter seu direito de acesso à cultura assegurado, tendo condições para usufruir de espaços e eventos que concedam condições de lazer em manifestações culturais. Entretanto, essa garantia perpassa por inúmeros obstáculos quando o público envolve pessoas com deficiência. Isso ocorre pelo fato do setor público não ter conhecimento de quem são as pessoas com deficiência e quais suas necessidades, bem como a falta de profissionais que detenham conhecimento técnico para tornar a atividade cultural acessível.

Partindo desse contexto, apresentaremos de forma sucinta aspectos relacionados à acessibilidade cultural, pois com as contínuas evoluções sociais cresce “a consciência de que o preconceito e a exclusão social são faces de uma mesma moeda e que todo esforço coletivo é necessário para a construção de um modelo social sem barreiras” (ADERALDO; NUNES, 2017, p. 120). À medida que essa consciência vai ganhando espaço socialmente, começam as lutas pelos direitos e igualdades sociais e, conseqüentemente, conseguindo esse retorno em forma de políticas públicas.

É oportuno frisar que no Brasil existe um número grande de pessoas que possuem deficiência visual e que não têm acesso digno ao lazer e à cultura. Isso nos leva a refletir sobre a importância de se discutir e difundir o uso de recursos de acessibilidade, pois essas pessoas fazem parte da sociedade e têm direito às mesmas produções culturais que aquelas que não possuem deficiência. O que se pode observar é que as pessoas com deficiência não têm acesso aos meios culturais da mesma forma que aquelas consideradas “normais”. Dessa forma, se faz necessário que haja um suporte para que os produtos ofertados estejam acessíveis para todos os indivíduos.

Faz-se necessário que se pense a acessibilidade como um conjunto de possibilidades e garantias de assistências que visam a inclusão e a autonomia da pessoa com deficiência em todos os aspectos. Muito mais do que oferecer um espaço ou políticas públicas que ofertem a ideia de acessibilidade, é possibilitar por meio de

suportes, condições para que o deficiente possa conviver em sociedade e desfrutar das diversidades culturais.

Portanto, a compreensão do conceito de acessibilidade só pode vir a ser almejada na “perspectiva dos demais”, ou seja, considerando-se a autonomia dos indivíduos e o direito às próprias escolhas. Isso confere à pessoa com algum tipo de deficiência a garantia de uma vida plena e independente de outras pessoas (TEIXEIRA, 2018, p. 10).

Quando falamos a respeito de acessibilidade às produções culturais, temos em mente que essa é uma grande conquista social, tendo em vista que sempre houve exclusão e pouco interesse. “A democratização e o acesso aos bens Culturais no Brasil refletem uma história de segregação e exclusão desde os tempos do Império [...]” (TEIXEIRA, 2018, p. 10). Este autor ainda afirma que:

A política de acessibilidade no Brasil confunde-se por vezes com um projeto errôneo de inclusão social que busca apenas oportunizar espaços por meio das concessões sociais. Com efeito, essa Cultura da oportunização, também se estendeu às artes, porém, é preciso pensar a acessibilidade de forma integral, pois ela se constituiu, no direito básico de ir e vir e no exercício da convivência social entre todos os corpos. Essa preocupação vai além da simples “adaptação espacial” e passa a incorporar/adotar a apropriação Cultural como uma preocupação sistemática em relação às cidades onde vivemos. A noção de acessibilidade, nesse sentido, tem o compromisso de remover não somente as barreiras arquitetônicas, mas, sobretudo, as barreiras atitudinais [...] (TEIXEIRA, 2018, p. 11).

Entendemos que a acessibilidade é sem dúvida um direito que garante à pessoa com deficiência viver de forma mais digna, independente, exercendo com total plenitude seus direitos de cidadão, de participação social plena. Além disso, está relacionada à necessidade de respeito aos deficientes, ao cuidado especial no sentido de que não sejam excluídos do convívio social. Dessa forma, acessibilidade torna-se um instrumento que permite respeito aos deficientes, possibilitando a essas pessoas acesso aos mesmos bens e serviços, disponíveis a todos os cidadãos.

A luta pela acessibilidade surge a partir de uma necessidade e com um claro objetivo:

A luta por acessibilidade origina-se como uma ramificação do movimento norte-americano conhecido como Independent Live Center, os chamados Centros de Valorização da Vida Independente. Esses centros foram uma iniciativa criada para promover a inclusão de pessoas com deficiência em universidades e posteriormente no mercado de trabalho em estados como a Califórnia. Os centros também funcionavam no Brasil, em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, e buscavam ressocializar pessoas com deficiências diversas que buscavam se inserir no mercado de trabalho ou na vida cotidiana (TEIXEIRA, 2018, p. 12).

Essa luta levou a avanços, ainda que pequenos, em relação a inclusão de pessoas com deficiência. E para além dos espaços formais, a acessibilidade cultural é uma terminologia que vem ganhando destaque e, de acordo com Sarraf (2013), é o espaço, informação, programação, divulgação e ações educativas que estejam ao alcance de todos, ou seja, independente da condição física, sensorial, intelectual ou comunicacional do espectador.

Dischinger e Bins Ely (2005) definem espaço acessível como aquele de fácil compreensão, que permite ao usuário comunicar-se, ir e vir e participar de todas as atividades que o local proporcione, sempre com autonomia, segurança e conforto, independentemente de suas habilidades e restrições.

Neste sentido, a acessibilidade cultural é um campo interdisciplinar, pois pode relacionar duas ou mais áreas que interagem e se complementam, assim como as deficiências em si que envolvem aspectos de diferentes âmbitos. Logo, pressupõe-se que:

Toda a produção educativa-artística-cultural (espetáculos, exposições, exposições, acervos, cursos, espaços de convivência e todos os serviços permanentes ou itinerantes) deve estar disponível a todos os indivíduos, proposta com todas as formas de comunicação (audiodescrição, legenda fechada para surdos e ensurdecidos, LIBRAS, braile, guia intérprete, maquetes táteis, entre outros), permitindo o acesso aos usuários com conforto, segurança e autonomia. (FAEEBA, 2017, p. 15).

Quando tratamos de acessibilidade cultural não estamos nos referindo apenas a lugares adaptáveis como rampas, pisos táteis, banheiros adaptáveis etc., nem tão pouco estamos tratando, isoladamente, apenas da utilização da AD para cegos, mas trazendo esses dois pontos como um conjunto de possibilidades que ofertem ao deficiente visual total autonomia de suas escolhas.

Logo, entendemos que a acessibilidade cultural envolve meios pelos quais as pessoas acessam espaços materiais e produções através dos quais a cultura acontece. Num primeiro momento, as apresentações artísticas culturais apresentadas por pessoas com deficiência serviram como demonstração de superação aos desafios impostos pela deficiência.

Porém, a questão da acessibilidade é “[...] uma realidade que oscila entre o pseudo inclusivismo das políticas públicas e a realidade excludente que enfrentam diariamente. [...]” (TEIXEIRA, 2018, p. 18). Em relação aos entraves da política de acessibilidade para o deficiente visual, “o dilema das políticas da acessibilidade no Brasil consiste no fato de que as ações para adequação dos espaços públicos e

privados são insuficientes para possibilitar acesso digno à Cultura” (TEIXEIRA, 2018, p. 20). Desse modo, cabe dizer que muito além do que simplesmente pensar e criar políticas de acessibilidade, é lutar para que elas sejam reconhecidas como essenciais e devem ser utilizadas.

Portanto, é necessário que se tenha em mente que “pensar em acessibilidade é possibilitar a criação de territórios comuns potenciais, que incluem a diversidade na comunicação, nos espaços em comum e nos relacionamentos. [...]” (FORCHETTI, 2019, p. 01), contribuindo para a inclusão dos deficientes e para o acesso aos bens culturais de maneira geral.

Como temos destacado até aqui, a AD vai muito além de transformar em palavras aquilo que está sendo visualizado. Ela vai de algo básico como acesso à informação a algo muito maior, como a inclusão e a autonomia das pessoas cegas à cultura social, artística etc.

Promover discussões sobre esse tema é impulsionar o diálogo entre os diversos setores da política, da economia, da educação, e da prática cultural nacional; é articular novos caminhos para a inserção e reconhecimento de direitos sociais negligenciados há décadas no Brasil. Os diversos equipamentos culturais existentes hoje no país devem acompanhar as mudanças estabelecidas em lei na perspectiva de uma modificação mais além da estrutura física, rumo à descoberta de um novo conhecimento aplicado à realidade Cultural de nosso povo. (TEIXEIRA, 2018, p. 20).

A acessibilidade, enquanto caminho para a inclusão, não deve ser vista como algo obrigatório para alguém que tem deficiência, mas como uma possibilidade de o deficiente exercer sua cidadania, enquanto sujeito ativo na sociedade com direitos e deveres. Visto que produtos audiovisuais acessíveis tem características diferentes para cada tipo de expressão artística, no que diz respeito às artes cênicas, a AD geralmente é ao vivo, porque as apresentações contam com o espontâneo e o improvisado.

Nas artes visuais, há possibilidades como a visita guiada em uma exposição artística ou produções cinematográficas com AD gravada, antecipadamente, para que as pessoas com deficiência visual tenham autonomia ao assistir. Logo, torna-se extremamente desafiador oferecer produtos com AD pois exige profissionais habilitados, disposição dos envolvidos em abarcar a diversidade e corresponder às suas expectativas e, antes de tudo, às suas necessidades. Assim, entendemos que o caminho ainda é longo até que a acessibilidade cultural seja naturalizada e vista como fundamental.

2.4 Reflexões sobre cultura e audiodescrição na educação

A cultura faz parte de quem o ser humano é e do que produz, logo sendo algo inerente ao indivíduo, faz parte do desenvolvimento humano, pois as práticas culturais estão diretamente relacionadas com a construção da identidade, que é um dos elementos que possibilita o desenvolvimento do ser humano, no que diz respeito aos costumes, crenças e conhecimento de cada povo que ocorre a partir de cada pessoa (COELHO NETO, 2004)

Neste sentido, cabe refletir que a construção da identidade pela pessoa com deficiência visual envolve algumas particularidades produzidas a partir da maneira em que esse ser se desenvolve nas suas relações interpessoais, que se iniciam no convívio familiar, e em seguida perpassa a interações com o outro e com manejo de recursos e estratégias que promovem acessibilidade, permitindo-lhe compreender-se como um ser social e cultural (AMIRALIAN, 2004).

Desse modo, os “significados são culturalmente construídos e motivados pela realidade simbólica humana [...] por práticas discursivas que relacionam ações do ponto de vista da sociedade e cultura no qual os sujeitos fazem parte” (SILVA e BATISTA, 2007, p. 149).

Sendo assim, percebemos que o acesso e percepção de mundo pelas interações que o sujeito com deficiência visual vivencia, ocorre pelo processo de ensino aprendizagem a partir do meio social no qual está inserido. Como nos esclarece Nóbrega (2012, p. 64):

O desenvolvimento das habilidades e da formação humana não é realizado apenas pela escola enquanto instituição social com estrutura organizacional e administrativa, com normas e diretrizes que as rege. É um processo amplo em que vários agentes, inclusive os não institucionalizados, organizações não governamentais, igrejas, movimentos sociais, família, meios de comunicação e grupos artísticos também atuam.

Nesse sentido, podemos compreender que as manifestações artísticas-culturais se configuram como elementos da formação humana tal como as instituições de ensino o são. E no que tange a educação, essa área de conhecimento é “responsável pela transmissão e aprendizado de uma cultura” (ARANTES, 2010, p. 248). É através das apresentações artísticas e culturais que a pessoa com deficiência visual pode ter acesso ao conhecimento de forma não institucionalizada e de modo mais simples, compreensível e eficaz.

Visto que a audiodescrição é um direito indispensável nos mais diversos âmbitos de ação, e que a educação é um segmento que integra a cultura (SILVA, 2019), podemos afirmar que as manifestações culturais refletem na instrução do público, dado que os primeiros contatos que o indivíduo tem com a aprendizagem se dão por meio da cultura familiar que é onde se aprende os primeiros hábitos, memórias e crenças.

O público, após se apropriar de uma manifestação cultural, é passível à aquisição do conhecimento, desenvolvimento da linguagem, aumento do vocabulário, representações mentais – imagens e conceitos – dentre outros. Vale ressaltar que o desenvolvimento da pessoa cega é também diversificado, alguns se desenvolvem melhor devido aos estímulos e apropriação do mundo de forma mais efetiva, enquanto outros, com acesso a raros ou nenhum recurso de acessibilidade, se desenvolvem pouco e acabam ao longo da sua vida tendo dificuldades no aprendizado. Portanto, “O cego, como qualquer ser humano, é um sujeito multideterminado: os aspectos sociais, pessoais, orgânicos, familiares, etc. influem diretamente em seu desenvolvimento.” (NUNES; LOMÔNACO, 2008, p. 123).

Para que isso ocorra é importante que as pessoas compreendam o que se quer transmitir nas manifestações artísticas, para que assim tenham como tirar suas próprias conclusões dos que foi posposto, uma vez que foram utilizados mecanismos para transmitir o conteúdo encenado para cada indivíduo segundo suas necessidades.

Nesse contexto, torna-se fundamental também a atuação do educador no que tange a relacionar seu conteúdo programático com a cultura local dos seus educandos. Conforme afirma Silva (2019), o professor é o profissional que dialoga e é desafiado a conhecer muito bem seu aluno, ao menos em referência ao seu ritmo e estilo de aprendizagem.

Considerando esse aspecto, no que diz respeito a relação entre educação e linguagem expressivas-artísticas, dentre as quais o teatro como recurso educativo no cotidiano da escola, vale refletir que “em qualquer espaço onde haja intencionalidade educativa há uma pedagogia” (NÓBREGA, 2012, p. 67); logo, é através das histórias encenadas que também damos sentidos e construímos significados no que tange ao mundo que nos rodeia. Sendo assim, compreende-se que a educação tem intrínseca ligação com o teatro.

Com relação ao teatro na educação, a teatralidade é um dos fundamentos do processo de aprendizagem humana e, no caso da pessoa com deficiência visual, auxilia na construção do seu desenvolvimento de forma integral, pois a consciência do equipamento pessoal, dos sentidos humanos, do próprio corpo no espaço, da própria subjetividade, da figura em si como os outros veem, da própria representação como a mente se oferece (COELHO, 2001, p. 90-91).

Compreende-se que há na experiência teatral diversos elementos que possibilitam à pessoa o estímulo às dimensões mentais, sociais, culturais, educacionais, etc., que promove o mesmo desenvolver-se de maneira integral e entender-se como indivíduo presente e atuante no mundo.

Oliveira (2010) considera que no mundo contemporâneo, no qual as desigualdades sociais e econômicas tornam-se cada vez mais acentuadas, nos países em desenvolvimento a arte tem sido tratada como algo supérfluo, porém, a experiência artística é uma necessidade de todo ser humano.

Outro apontamento de extrema relevância, para entendermos como o teatro pode ser pensado como um recurso que auxilia no processo educativo, refere-se a possibilidade do desenvolvimento das habilidades de comunicação, algo de extrema importância para que o aluno deficiente possa aprender a compreender e ser compreendido, a expressar-se, entender as emoções e expressões do outro. O teatro pode oferecer um amplo espectro de situações e oportunidades de aprendizagem e conhecimento, assim como a linguagem e a comunicação naturalmente são acessados e estimulados, pois:

Pela linguagem tem-se acesso ao conhecimento científico elaborado e acumulado pela sociedade e socializado na escola. É possível, com o teatro, aprender conteúdos de diversas disciplinas escolares. História, geografia, literatura, idiomas e, particularmente, língua portuguesa podem ser trabalhados de uma maneira atraente e interessante tanto para o aluno como para o professor. (OLIVEIRA, 2010, p. 90).

A linguagem é uma das habilidades essenciais do ser humano, uma das primeiras aprendidas logo no início da vida, mesmo que em linguagem primitiva, como nas primeiras expressões, sem palavras. O teatro auxilia na comunicação por meio de palavras, movimento corporal, em ritmos, choro, riso. Entendemos que as pessoas com deficiência visual podem ter compreensão de todos esses acontecimentos em cena se contarem com a audiodescrição nas apresentações teatrais.

Nesse contexto, entendemos que o teatro enriquece não só o repertório cultural do indivíduo, mas também o educa; pois para cada apresentação, variadas áreas do conhecimento são abordadas de forma dinâmica, de modo a contribuir com o desenvolvimento e aprendizado da pessoa com deficiência visual (OLIVEIRA 2010).

Nóbrega (2012) afirma que as práticas pedagógicas, envolvendo o teatro, inspiram nos alunos a criatividade e imaginação, construção de enredos, bem como na interpretação de textos de vários autores e no desenvolvimento da escrita de seus próprios textos, habilidades que só agregam na sua vida acadêmica e pessoal.

No contexto inclusivo, as necessidades específicas de alguns alunos podem ser um desafio para o professor, assim como afirma Nóbrega (2012, p. 73b):

Os educadores constantemente são confrontados com a diversidade de seus alunos, e apesar de ser uma constante na sala de aula são comuns práticas voltadas para um corpo homogêneo que não consideram essas diferenças. É necessário pensar as diferenças para provocar um tratamento e reformulação nas organizações escolares e nas práticas pedagógicas.

Dessa forma, só faz sentido a inserção do teatro no ensino se, de fato, abranger toda a diversidade. Sendo a educação uma garantia constitucional a todos os cidadãos brasileiros, logo deve ser disponibilizada a todos sem acepção de pessoas. Oliveira (2010) nos aponta que a experiência afetiva e emocional do indivíduo, em relação ao meio social, é decisiva no curso de seu desenvolvimento psicológico. Nesse sentido, compreende-se que é de grande valor o contato com as apresentações de peças teatrais, tanto para quem participa em cena, quanto para quem aprecia a peça teatral.

Nóbrega (2012) *apud* Libâneo (2002, p. 29-30) destaca que a pedagogia não deve atentar simplesmente para a transmissão de conteúdos, mas para todo o processo entre o repasse e apreensão da temática abordada:

A pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo do conhecimento sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, diretriz orientadora da ação Educativa (NÓBREGA, 2012 *apud* LIBÂNEO, 2002, p. 29-30).

Por conseguinte, inferimos que a pedagogia atrelada ao teatro é uma combinação que traz benefícios ao educador, educando e à sociedade, nas áreas profissional, acadêmica e emocional. Mediante o uso dos recursos adequados e necessários para total compreensão da peça teatral pelas pessoas com deficiência,

elas obterão melhor experiência com as manifestações culturais em qualquer ambiente no qual forem apresentadas.

Em vista disto, entendemos que do que é visto visualmente e de forma sonora, ou seja, o que é transmitido pela encenação, a pessoa com deficiência visual entenderá melhor o sentido do enredo se houver possibilidade de conhecer todos os detalhes que integram a manifestação artística. Compreende-se que ainda há muito a ser feito em relação as práticas de inclusão, porém, entendemos que o conhecimento da AD, como recurso de acessibilidade, é fundamental para que os indivíduos possam transformar o seu mundo e, assim, a inclusão será fato e as pessoas com deficiência visual terão a acessibilidade necessária em qualquer ambiente.

3 ACESSIBILIDADE E PRÁTICAS DE AUDIODESCRIÇÃO EM ESPETÁCULOS TEATRAIS NA CIDADE DE PINHEIRO (MA)

O estudo aqui apresentado realizou-se na cidade de Pinheiro (MA), com a colaboração da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer (SEMUC), vinculada à Prefeitura Municipal de Pinheiro/MA. Este município situa-se a 86 km de distância da capital São Luís, localiza-se na mesorregião do norte maranhense, na microrregião da Baixada Ocidental Maranhense. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município conta com o quantitativo de 83.777 habitantes, que residem numa área territorial de 1.512,968 km² (IBGE, 2010).

A cidade de Pinheiro originou-se com a vinda do capitão Inácio José Pinheiro, que era pecuarista e fidalgo, por volta do ano de 1819, por ocasião da procura de pastagens para seus rebanhos, encontrando-as às margens do Rio

Pericumã. Com a influência de outros fazendeiros, que aglomerados desenvolviam, paralelamente, a agricultura de subsistência na orla da mata, deu-se início o povoamento do município.

No decorrer dos tempos, a cidade foi se desenvolvendo suntuosamente, tanto que, até o presente tempo, as cidades circunvizinhas dependem de muitos dos seus recursos disponibilizados, sendo atendidos nas áreas da saúde, economia e educação.

Em Pinheiro, atualmente, encontram-se em atividade o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Instituto Estadual do Maranhão (IEMA), além de campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Tais instituições contribuem com o desenvolvimento local, trazendo muitas oportunidades para os estudantes de Pinheiro e cidades adjacentes.

3.1 Metodologia da pesquisa e caracterização dos participantes

A presente pesquisa, de cunho qualitativo, trata-se de um estudo de caso, buscando, assim, informações diretas da fonte, utilizando-se de entrevistas com informantes para captar suas impressões, explicações e interpretações sobre o tema pesquisado.

Como primeiro procedimento, realizamos levantamento bibliográfico, parte importante para embasar teoricamente a elaboração de um trabalho científico, cujo objetivo é coletar as informações para fundamentar o elemento investigado. Deste modo, buscamos informações em livros, artigos científicos, dissertações e teses de pesquisadores da área, baseando-nos nas experiências de diversos autores que já investigaram sobre audiodescrição e acessibilidade cultural de pessoas com deficiência visual. Tasca *et al.* (2010) afirma que na análise do contexto, a definição de um problema e das questões direcionadoras dão início ao processo de pesquisa científica, motivando o pesquisador a coletar informações já publicadas sobre determinada temática em bases bibliográficas.

Em relação à abordagem, caracterizou-se por pesquisa qualitativa, a qual busca compreender o comportamento do indivíduo inserido no contexto investigado, estudando as suas características e conhecimentos, como outros atributos. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam os objetos em seus

cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a ele conferem.

Tendo uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, segundo Gil (2002, p. 41), “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais visível [...]”. Caracteriza-se, ainda, enquanto um estudo de caso, haja vista o ineditismo na utilização da audiodescrição como recurso de acessibilidade junto a uma manifestação cultural em Pinheiro/MA.

No segundo momento, contatamos profissionais ligados à SEMUC para verificação da existência de políticas públicas locais ou ações voltadas para a acessibilidade em eventos culturais. Logo depois estabelecemos contato com pessoas ligadas ao grupo teatral local para levantamento de aspectos do cenário inclusivo na esfera artística-cultural pinheirense. Por fim, aplicamos questionário com quatro pessoas com deficiência visual, a fim de analisar suas percepções sobre acessibilidade em eventos culturais na cidade de Pinheiro, bem como coletar sugestões para possíveis mudanças nas ações e políticas que envolvam o uso da audiodescrição como obrigatoriedade nas apresentações culturais locais, em especial a peça teatral *Paixão de Cristo*. Ou seja, a pesquisa foi utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Vale mencionar que devido ao contexto pandêmico da Covid-19, aplicamos os questionários via *Google Forms*, evitando, dessa forma, contato pessoal com os sujeitos deficientes visuais. Sobre essa técnica de coleta de dados, Mota (2019) afirma que esta evita contato direto com os participantes investigados, visto que a pandemia restringiu a circulação de pessoas:

[...] a grande vantagem da utilização do Google Forms para a pesquisa, seja ela acadêmica ou de opinião é a praticidade no processo de coleta das informações. O autor pode enviar para os respondentes via e-mail, ou através de um link, assim todos poderão responder de qualquer lugar” (MOTA, 2019, p.373)

No que diz respeito aos participantes, interagimos com um assessor do secretário municipal da cultura, do sexo masculino, 44 anos, graduando em História. Também foram contactadas quatro pessoas com deficiência visual, sendo estas nomeadas como participante com deficiência visual abreviado pelas siglas PDV 1, PDV 2, PDV 3 e PDV 4. Conforme podemos visualizar a seguir:

Quadro 1 – Caracterização dos participantes com deficiência visual

Participante	Sexo	Idade	Grau de instrução	Condição visual
PDV 1	Feminino	38 anos	Graduanda em Pedagogia	Cegueira congênita
PDV 2	Feminino	32 anos	Ensino Médio Completo	Baixa Visão
PDV 3	Masculino	40 anos	Ensino Médio cursando	Cegueira congênita PDV 4
PDV 1	Feminino	38 anos	Graduanda em Pedagogia	Cegueira congênita

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Para a escolha dos sujeitos, foi realizada uma investigação dentre as pessoas que se encaixavam no perfil e desejariam fazer parte da amostra. Os próprios participantes afirmaram, pelo formulário, o consentimento em participar da pesquisa pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), antes dos procedimentos propostos para a pesquisa e autorizaram a utilização e a publicação das informações coletadas. Os sujeitos foram informados do sigilo dos nomes e de quaisquer dados que poderiam identificá-los.

3.2 Análise das práticas e necessidades de audiodescrição no espetáculo “Paixão de Cristo” em Pinheiro (MA)

Nesta parte do trabalho, apresentamos os resultados da pesquisa, os quais são traduzidos pelas impressões de cada sujeito envolvido neste estudo. A fala dos deficientes visuais, em especial, demonstra o quão importante é discutir esta temática, bem como os caminhos que o poder público pode percorrer para garantir acessibilidade cultural a todos, independentemente da sua condição enquanto espectador e/ou usuário dos serviços.

3.2.1 Espetáculo “Paixão de Cristo” na cidade de Pinheiro

O espetáculo Paixão de Cristo é encenado pelo Grupo Teatral Paixão de Cristo, fundado em 16 de outubro de 1986, composto por um grupo de amigos que começaram suas apresentações em teatro fechado. Os membros fundadores são Osvaldo dos Santos Freire, Cravinato Nunes Soeiro Neto, José Pedro Amengol Filho,

Antônio Eusébio Rodrigues Filho, José Carlos Silva e Raimundo Carlos Pereira Diniz, conforme informações coletadas em documentos disponibilizados (Anexo A). Conseqüentemente, a encenação passou a ser pública em ruas e praças da cidade de Pinheiro, bem como em cidades circunvizinhas.

O objetivo desse grupo é de promover o desenvolvimento cultural através da arte cênica, além de proporcionar lazer e cultura à comunidade pinheirense. A produção da encenação envolve oito cenários, luz, sonorização e mais de 150 (cento e cinquenta) jovens e adultos entre atores, atrizes e voluntários.

Apesar da peça “Paixão de Cristo” fazer parte do calendário Nacional e estar incluída no calendário municipal pinheirense, historicamente, passou por dificuldades, abstendo-se das apresentações por um período de 15 anos, devido à falta de recursos financeiros, pois como já mencionado, trata-se de um grupo de teatro particular.

No ano de 2017, a atual gestão do município ofereceu ao grupo condições para se reestruturar e retomar as apresentações, incluindo a peça Paixão de Cristo no calendário e na lista de apresentações culturais locais. Atualmente, o grupo inicia os trabalhos de organização e ensaios a partir de janeiro de cada ano até a data da encenação no período de Páscoa.

3.2.2 Impressões e apontamentos sobre as condições de acessibilidade da peça “Paixão de Cristo” em Pinheiro

As entrevistas semiestruturadas dos participantes desta investigação foram organizadas através de formulário Google Forms, devido ao contexto pandêmico, conforme consta nos Apêndices B e C, no qual refletimos acerca dos sentidos e significados das questões lançadas aos entrevistados, bem como os relatos que complementaram e auxiliaram nossa busca pela compreensão dos eventos culturais ofertados pela SEMUC e recursos de acessibilidade como a audiodescrição.

Nesse contexto, a relevância da contribuição dada pelo assessor do Secretário Municipal de Cultura revela-se em averiguar as pautas e ações que as políticas públicas locais vem disponibilizando para pessoa com deficiência. Logo, iniciamos nossa análise pelas respostas dadas pelo referido participante.

A primeira pergunta consistiu em saber: **O que você entende por acessibilidade?** Obtivemos como resposta:

Forma autônoma de uma pessoa com deficiência ou limitações de locomoção, poder se locomover sozinha tendo autonomia sobre seus atos.

Podemos notar pela resposta dada pelo assessor a ênfase na ‘autonomia’ devido ao fato do princípio da autonomia ser muito utilizado nos discursos inclusivos no que tange à possibilidade das pessoas com deficiência em geral realizarem suas atividades sem o auxílio de terceiros. Nesse sentido, percebemos que o entrevistado apresentou um conhecimento limitado a respeito do que seja acessibilidade, pois o termo acessibilidade é bastante abrangente e não está apenas ligado a fatores próprios da deficiência ou da pessoa que o possui, mas sim abarca aspectos políticos, sociais e culturais.

A Lei Brasileira de Inclusão em seu artigo 3º, inciso I, define:

*Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaço, mobiliário, equipamentos urbanos, edificações, transportes, **informação e comunicação**, inclusive em seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p. 3).*

Considerando essa definição, podemos afirmar que acessibilidade adentra em diferentes contextos. Ter clareza desse conceito é o ponto de partida para construção de ações que envolvam pessoas com deficiência nos ambientes onde acontecerão as apresentações culturais. Conforme Sarraf (2012, p. 62) “Os benefícios da acessibilidade possibilitam a melhoria da qualidade de vida da população com e sem deficiência, proporcionando liberdade de escolhas e abertura de horizontes pessoais, profissionais e acadêmicos”. Logo, é de suma importância que os profissionais que atuam na esfera pública municipal detenham noções de conceitos essenciais para criação de ações inclusivas, pois a acessibilidade não se restringe a um tipo de limitação sensorial, mas sim a permanência e acesso aos espaços e recursos comunicacionais acessíveis.

Partindo dessa demanda, envolvendo a pauta da acessibilidade voltada para o público com deficiência visual, sentimos a necessidade de perguntar ao entrevistado: **Você já teve contato com algum deficiente visual? Se sim, como foi a experiência?** O participante relatou que:

Sim. Difícil no começo por não saber o que fazer, porém com o tempo fui aprendendo como ele / ela gostaria de ser tratado e auxiliado.

É compreensível que os indivíduos fiquem desconfortáveis diante do desconhecido e, quando alguém que nunca teve contato com pessoas com deficiência se encontra em tal situação, é natural, a priori, ficar desorientado pois nossa sociedade é formada por pessoas diferentes, onde cada pessoa é singular, cada um tem a sua particularidade, a sua cultura e seus valores. Porém, nada melhor do que a informação que pode ser obtida através de leituras de livros ou artigos que abordam esta temática ou simplesmente pela interação e contato com a pessoa deficiente, pois a mesma poderá esclarecer perfeitamente quaisquer dúvidas.

A expressão 'deficiência visual' se refere ao espectro que vai da cegueira até a baixa visão que reúne indivíduos com vários graus de visão residual. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), a cegueira pode ser congênita quando o indivíduo já nasce com a deficiência, ou adquirida quando se torna deficiente ao longo da vida. De acordo com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), a deficiência visual pode ser classificada como:

cegueira total (pessoa que apresenta desde ausência total da visão até a perda da projeção de luz) e baixa visão (comprometimento do funcionamento visual, em ambos os olhos, mesmo após tratamento e/ou correção de erros refracionais comuns — miopia, astigmatismo e hipermetropia). (CBO, 2019, p. 14).

No tocante à interação com deficiente visual, Gil (2000, p.17) afirma que todos os que rodeiam o deficiente visual precisam se conscientizar de que suas relações interpessoais podem ser saudáveis e baseadas na reciprocidade, pois o deficiente visual é uma pessoa capaz de fazer diversas atividades. Logo, conviver e saber lidar com as limitações, gera aprendizado tanto para o vidente quanto para o deficiente visual, pois por meio das interações, constrói-se contextos inclusivos que contribuem para minimizar barreiras excludentes.

Como nossa pesquisa envolve as atividades culturais, perguntamos: **Para você, é possível uma pessoa com deficiência visual assistir eventos culturais organizados pela Secretaria Municipal de Cultura?**

Sim. A secretaria prima inclusive por essa inclusão. Sempre que possível disponibilizamos intérprete de libras em nossas ações, e agora iremos melhorar a audiodescrição em nossos eventos.

Segundo a resposta, nota-se que já existem ações de acessibilidade no tocante à informação e acessibilidade comunicacional, voltadas para pessoas com deficiência auditiva, através do profissional Tradutor/Intérprete de Libras, para que este público entenda o que está sendo falado, cantado ou encenado.

Entendemos que organizar um evento envolve uma série de procedimentos e quando se aborda recursos de acessibilidade, dentre os serviços que devem estar disponíveis e que concedem tradução simultânea para pessoas com deficiência auditiva ou visual, além da LIBRAS, a audiodescrição é o outro recurso que deverá ser garantido.

Segundo Assunção e Santiago (2018), eventos acessíveis devem ser planejados para oferecer equipe orientada, áreas reservadas e sinalizadas, área de embarque e desembarque, banheiros adaptados, comunicação em braile, audiodescrição, Intérprete de Libras e vagas de estacionamento.

Com relação a AD nas apresentações teatrais, Motta (2015) esclarece que:

Em peças teatrais, espetáculos de dança, circo, óperas, shows, musicais e outros, a audiodescrição é sempre feita ao vivo, usando para isso os mesmos equipamentos de tradução simultânea, fones de ouvido e receptores. A informação sonora é transmitida pelos audiodescritores de dentro de uma cabine acústica, com um roteiro previamente preparado, estudo sobre o tema e terminologia, inserida preferencialmente entre as falas dos personagens ou pausas do espetáculo. Em filmes e outros produtos audiovisuais, a audiodescrição poderá ser gravada em estúdio, mixada e inserida na trilha original, respeitando as falas de personagens ou narradores, evitando a sobreposição (2015, p.03).

Para incluir pessoas com deficiência visual na participação do evento, a AD pode acontecer ao vivo ou ser gravado por um audiodescritor capacitado, com uma estrutura razoável que envolve cabines acústicas com microfone e receptores de áudio, disponibilizados para pessoas cegas e com baixa visão na chegada da atividade cultural (ASSUNÇÃO; SANTIAGO, 2018). Para conceder maior entendimento das informações visuais contidas no evento oferecido SEMUC, se faz necessário disponibilizar folhetos com informações gerais impressos em braile ou fonte ampliada para ser entregue pelo pessoal que atuará no evento ao público deficiente visual.

Vale mencionar que os benefícios da inclusão dessas ações são imensuráveis, pois promovem igualdade de compreensão por meio da descrição das cenas que sucedem. Enquanto há apenas a reprodução de fundos musicais concernentes ao momento em encenação, onde os atores estão expressando-se

através de gestos, expressões faciais, deslocamentos, ações silenciosas, etc., a AD vai fazendo ligação destas cenas com o conteúdo em sua totalidade.

Com o propósito de compreender como a SEMUC organiza produções voltadas para acessibilidade, perguntamos: **Existem políticas, programas ou ações da Secretaria Municipal de Cultura, vinculada a prefeitura de Pinheiro, voltadas para as pessoas cegas? Em caso afirmativo, quais?**

Não. Porém está no plano de ação para 2021

É notória a necessidade da pauta inclusiva nas políticas públicas, programas e ações voltadas para acessibilidade cultural, pois o referido entrevistado nos disponibilizou o relatório de gestão do departamento de cultura (2017 – 2020) e na sua proposta voltada para área da cultura, no que se refere a pessoa com deficiência, as ações planejadas contemplam apenas a acessibilidade arquitetônica, conforme pode ser observado no documento (Anexo B).

Acreditamos que uma das maneiras de iniciar o planejamento de ações para outras demandas, tais como acessibilidade comunicacional, seria mediante a inserção de no mínimo um funcionário com deficiência visual no quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Cultura, pois daria uma ampla dimensão e orientação no que tange a presente necessidade desses procedimentos.

A título de exemplo, pode-se verificar Márcia Beatriz dos Santos, deficiente visual, formada em Ciências Sociais e trabalhando na Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, que conseguiu modificar a realidade das apresentações culturais em seu município, com inserção desta prática inclusiva (GABRILLI, 2012).

Outrossim, devem ser tomadas no Município de Pinheiro, atitudes e medidas cabíveis com referência a esse déficit. Apreendemos, no entanto, que se for posto em prática no plano para 2021, como fora mencionado pelo entrevistado, em pouco tempo esse público será contemplado por eventos culturais com acessibilidade.

Para finalizar, questionamos: **De que forma a Secretaria Municipal de Cultura contribui com a inclusão do espectador com deficiência visual na encenação teatral “Paixão de Cristo” para ter acesso à cultura e à informação de forma acessível?**

Infelizmente não houve essa preocupação, porém a partir desse questionamento iremos tentar mitigar essa ausência.

Pela resposta coletada foi possível perceber que o assessor reconhece os déficits existentes e demonstra comprometimento em buscar estratégias para minimizar a falta de acessibilidade nos eventos oferecidos pela SEMUC. Apesar dos entraves, a evolução da AD ocorre para estar, cada vez mais, trazendo toda a realidade do campo audiovisual para as pessoas com deficiência visual, uma vez que o seu intuito é trazer para aquele que não vê, tudo aquilo que os videntes captam só visualmente (NÓBREGA, 2012).

Dentre as possíveis ações que a Secretaria Municipal de Cultura pode Inferir para minimizar essas lacunas, está o desenvolvimento de uma área específica para pessoa deficiente e seu acompanhante; produzir, antecipadamente, a audiodescrição da peça teatral “Paixão de Cristo” com riqueza de detalhes do cenário, figurino, gestos, expressões faciais, movimentos em cena, etc.; apropriar-se das garantias contidas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, pois através do conhecimento é que se torna possível trazer a existência estas transformações.

Visando dar voz ao usuário do recurso de acessibilidade da audiodescrição, entendemos que é extremamente relevante verificar as percepções de pessoas com deficiência visual sobre a encenação teatral “Paixão de Cristo” e acessibilidade via AD. Consideramos que a maneira como os participantes compreendem a apresentação teatral, na ausência da disponibilização desta ferramenta, há impactos na mensagem transmitida pelo enredo e o seu objetivo não chega a ser alcançado de maneira significativa por este público.

Considerando que a temática referente a acessibilidade cultural impacta a apreciação artístico-cultural da pessoa com deficiência visual, a primeira pergunta foi: **Você sente-se amparado pelas leis de acessibilidade no contexto pinheirense?** Conforme está disposto abaixo, obtivemos como respostas:

Não. A lei existe, porém não vigora como deveria, deixando a desejar em vários aspectos. (PDV 1).

Não (PDV 2).

Como pessoa com deficiência não me sinto amparado pelas leis de acessibilidade na minha cidade, quando as autoridades tentam implantar os recursos muitas vezes não são respeitados por empresas, pessoas, vemos muitos carros estacionado em vaga de pessoas com deficiência, acho que o poder público deveria aplicar uma fiscalização bem rigorosa quanto a essa situação (PDV 3).

Não. (PDV 4)

Mediante as respostas dos entrevistados, é notável que não se sentem amparados pela Lei da Acessibilidade no seu município. É visível a insuficiência das ações, pelo poder público, que carece de fiscalização adequada ao cumprimento das determinações garantidas por Lei.

Apesar de todos possuírem deficiência visual, dentro da limitação sensorial, há uma diversidade para ser atendida adequadamente, devem ser conhecidas em suas especificidades, pois para que consigam compreender seu entorno utilizam-se dos sentidos remanescentes, em que o cérebro compensa a ausência da visão ao “cumprir sua função de codificar e organizar toda e qualquer tipo de informação e guardá-la para associação com outras mensagens sensoriais” (MARTIN; BUENO, 2003).

Portanto, é necessário ter melhor compreensão das necessidades e privações de ir e vir que vivenciam cotidianamente. Não se pode esquecer, também, que a quantidade de pessoas com deficiência é crescente e estas necessitam ter acesso a espaços educacionais, sociais e culturais (COELHO NETO, 2004).

Em seguida perguntamos: **Você acredita que a audiodescrição em eventos culturais favorecem a inclusão da pessoa com deficiência visual? Em caso afirmativo, justifique sua resposta.**

Sim. Audiodescrição permite que o deficiente visual entenda o que está acontecendo e assim possa interagir com o meio quando viável, além disso com esse recurso pode-se criar quadros mentais que acentuam o aproveitamento do evento. (PDV 1).

Sim, porque com essa ferramenta a pessoa com deficiência pode entender tudo que está acontecendo dentro do evento (PDV 2).

Acredito plenamente que faz-se necessário sim a audiodescrição em eventos culturais, como sou músico já fui contratado várias vezes para tocar em abertura de grandes eventos culturais, chega a ser dolorido para mim, quando tem alguma coreografia ou outros tipos de apresentações, fico ali conferindo os dedos torcendo para chegar a hora de fazer minha apresentação ou de ir embora, fico irritado confesso sou muito curioso, não aparece uma pessoa para me descrever o que está acontecendo naquela coreografia ou em certas peças teatrais, simplesmente faço minha apresentação musical e peço para ir embora do local o mais rápido possível, acredito que os promotores de eventos culturais se preocupasse mais um pouco com os deficientes visuais, sempre há um intérprete de libras nesses eventos, por enquanto nós deficientes visuais continuamos esquecidos (PDV 3).

Sim, pois através dela podemos acompanhar todo o espetáculo na sua íntegra e com os mínimos detalhes, trazendo um aspecto de realidade para a experiência de assistir uma peça ou até mesmo a um filme (PDV 4).

Notamos que as respostas dos entrevistados, de forma unânime, consideram essencial o uso da ferramenta AD em espetáculos teatrais e eventos afins. Sendo assim, reforçam a necessidade urgente de práticas inclusivas e imprescindíveis, pois segundo a Declaração Internacional de Direitos Humanos (1948, p. 20), “Toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”.

A fala do participante PDV 3 envolve relatos que apresentam situações excludentes que o afetam e demonstram que as barreiras atitudinais são outro desafio a ser superado para viabilizar definitivamente a acessibilidade em espaços culturais, pois “as barreiras atitudinais estão embutidas na mente das pessoas, envolvendo também o preconceito e a desinformação comuns na sociedade.” (SASSAKI, 1997, p. 28).

O impacto da deficiência visual (congenita ou adquirida) sobre o desenvolvimento individual e psicológico varia muito entre os indivíduos; depende da idade em que ocorre, do grau da deficiência, da dinâmica geral da família, das intervenções, da personalidade da pessoa – enfim, de uma infinidade de fatores; logo, é uma evidência a ser considerada como importante a ser conduzida e não anulada (BRASIL, 2000).

No intuito de entender como as pessoas com deficiência visual acessaram o enredo e encenação da atividade cultural destacada nesta pesquisa, indagamos:

Você já assistiu a peça Paixão de Cristo na cidade de Pinheiro?

Sim, várias vezes. (PDV 1)

Sim (PDV 2)

Sim, já tive o prazer de ir assistir a peça teatral Paixão de Cristo, um colega insistiu muito e me levou, foi apresentada esse dia em um espaço de evento chamado Parque do povão, confesso que fiquei ali todo o tempo da peça sem entender absolutamente quase nada do que estava acontecendo, como nasce no evangelho, já ouvi muito alguém ler a Bíblia perto de mim, consegui entender o que estava sendo falado, ouvia de 30 em 30 minutos ou locutor da peça mudar o local pois havia vários cenários. Agora posso ser interrogado o que estava ali naquele cenário confesso não sei, como deficiente visual me sentir frustrado, sem dúvida está na hora do poder público colocar a mão na consciência junto a secretaria de cultura que as pessoas com deficiência visual também tenham o direito de saber o que está acontecendo ao seu

redor. Sem dúvida sei é uma peça muito linda, já imaginou se tivéssemos a audiodescrição, sairíamos dali super felizes, eu amo um filme chamado nasce uma estrela, já ouvi ele várias vezes na Rede Globo, portanto assistir consegui entender algumas coisas, em um certo dia um colega me conseguiu o filme com áudio descrição para mim foi um prazer, pois entendi muitas coisas que eu não entendia antes. Me emocionei muito confesso até chorei, por duas situações uma por nunca ter entendido o filme, e a segunda por ver como a história é tão emocionante e como ela é um exemplo de superação, o mesmo pode ser feito com a peça teatral Paixão de Cristo, já somos milhões de deficientes em todo o Brasil, e uma partícula desse povo mora em Pinheiro Maranhão, espero que em breve a peça teatral Paixão de Cristo esteja com áudio descrição (PDV 3)

Sim. (PDV 4)

Conforme observamos, todos os participantes, em anos anteriores, tiveram oportunidade de assistir a encenação da “Paixão de Cristo”. Mediante o relato do Participante 3, podemos averiguar o quanto a ausência da audiodescrição interfere diretamente na compreensão do conteúdo expressado e como estas pessoas sentem-se excluídas ainda que estando acessando o mesmo evento.

Sobre a falha na compreensão, conforme relato do PDV 3, relacionada a experiência com filme, fica nítido que a ausência de descrições daquilo que é visto pode se configurar como barreira comunicacional àqueles que não conseguem ver o que, conseqüentemente, prejudica a construção do seu repertório mental e visual. Koehler (2017, p. 66) afirma que

Essa construção perpassa a experiência sensorial e de vida de cada pessoa, pois há diferentes formas e necessidades de se desfrutar das imagens. Nesse cenário, a AD, ao traduzir signos visuais em verbais, atua na construção do repertório visual do indivíduo e, de forma abrangente, na sua formação intelectual, crítica, social, humana.

Vale esclarecer que a pessoa com deficiência visual, ao ter a oportunidade de assistir a um produto acessível com AD, usa os sentidos remanescentes para criar imagens mentais a partir do que ouve, logo, constrói um repertório visual.

Em seguida, perguntamos: **Quais as dificuldades que você enfrenta(ou) para entender esse evento?**

Não havia audiodescrição, então nas mudanças de cenários e figurino ficava difícil compreender. É chato ter que perguntar o tempo todo para o acompanhante o que está acontecendo no evento, até por que o acompanhante quer aproveitar também e fica cansativo descrever tudo o que se passa. Tais coisas tiram o ânimo, pois a pessoa fica frustrada por não conseguir acompanhar um evento tão importante como esse. (PDV 1)

A dificuldade da multidão, o barulho e não conseguia entender quase nada (PDV 2)

Sempre quando trocava o cenário perguntava para meu acompanhante porque estamos trocando de lugar, ele simplesmente me dizia vão mudar de cenário e a gente está de costa para eles, passavam 5 minutos trocávamos novamente de lugar e eu fazia a mesma pergunta ao meu acompanhante porque estamos trocando de lugar, ele novamente me falava trocaram de cenário estamos de costa para eles, assim foi todo o tempo da peça, após o evento acabar tirei algumas dúvidas com essa pessoa mas sobrou um pouco de dúvidas,, volto a insistir se tivesse audiodescrição sairia dali feliz e alegre, a peça é um marco na história de Pinheiro (PDV 3)

Principalmente compreender o que está acontecendo durante as cenas, nas quais os atores ficam em silêncio (PDV 4)

A peça Teatral “Paixão de Cristo” é uma grande atração e que gera expectativa, especialmente no público cristão. De acordo com Koehler (2017, p. 149) qualquer encenação teatral “mais do que uma experiência estética, é uma experiência de humanização, de respeito ao próximo e de concretização de direitos”. Neste sentido, os participantes, devido aos vínculos afetivos e falta de conteúdo acessível, se sentiram desconfortáveis de ter que tirar atenção de outrem para pedir que narre fatos que poderiam ser relatados por meio da audiodescrição, planejada pela equipe de organização do evento.

Por fim, perguntamos: **Com relação aos eventos promovidos pela secretaria de cultura quais sugestões você daria para torná-lo mais compreensíveis e acessíveis para pessoa com deficiência visual?** Obtivemos as seguintes respostas:

Pessoas capacitadas em audiodescrição para que o recurso seja produzido de forma apropriada e assim o deficiente visual tire verdadeiro proveito dos eventos; Locais amplos para que o deficiente consiga circular de forma segura e mais independente; Guias de eventos para auxiliar àqueles que não tem acompanhante, tirar dúvidas e ajudar a achar um lugar apropriado; Proporcionar eventos totalmente adaptados para deficientes visuais como por exemplo uma apresentação que na íntegra os participantes se descrevam e narrem com riqueza de detalhes. (PDV 1)

Fornecer ferramentas que possa ajudar as pessoas com deficiência a participar mais de eventos promovidos pelo governo (PDV 2)

[...] eventos culturais como peças teatrais, cinema, ópera e etc. sem dúvida a audiodescrição seria muito importante, outro ponto principal, Deveríamos ter rampa em qualquer casa de show nesta cidade, confesso que os estabelecimentos como casa de show e etc. não nos dá um tipo de acessibilidade (PDV 3)

Em primeiro lugar disponibilizar uma equipe preparada para fazer audiodescrição. e o outro aspecto muito importante é a necessidade de se respeitar a lei da prioridade para a pessoa com deficiência (PDV 4)

Com este último questionamento aos participantes deficiências visuais entrevistados, foi dada a oportunidade de expressarem-se no tocante a soluções à problemática argumentada. Dentre as adversidades que precisam ser corrigidas, estão as barreiras atitudinais que dificultam o acesso aos espaços e eventos culturais. Lima, Guedes e Guedes (2010, p. 12) afirmam que:

A partir da eliminação das barreiras atitudinais, presentes nos meios de comunicação, que as pessoas com deficiência especialmente visual e os demais beneficiários da democratização da audiodescrição, como recurso legítimo de acessibilidade, poderão ter garantias de acesso aos demais direitos sociais e fundamentais da pessoa humana, sendo-lhes, daí favorecido o usufruto da educação, do trabalho, do lazer, da cultura e da garantia efetiva de sua liberdade de expressão e manifestação num mundo cada vez mais inclusivo.

Neste sentido, a AD assume status de direito fundamental a ser garantido nos mais diversos contextos para a eliminação e/ou minimização de tais barreiras. Nas falas coletadas, notamos a importância de se conhecer o público que frequenta eventos culturais como também conhecer os recursos de acessibilidade disponíveis para pessoa com deficiência visual. A dinâmica do ambiente é importante, pois deve facilitar o deslocamento das pessoas, bem como contratar pessoas capacitadas para tornar o evento mais fácil de ser compreendido, melhorando a experiência da pessoa com deficiência visual, que necessita de AD. Partindo desse pressuposto, Molina (2014) esclarece que:

garantir a acessibilidade ultrapassa o entendimento apenas das estruturas físicas, urbanísticas e arquitetônicas e ganha uma dimensão muito maior se agregadas a recursos da tecnologia assistiva voltadas para o acesso à informação de qualidade. Logo, a qualidade das informações recebidas pelo público cego está diretamente ligada à acessibilidade promovida por quem disponibiliza o conteúdo.

Portanto, entendemos que intervenções feitas pela administração pública são capazes de gerar grandes impactos sobre os caminhos para integração da audiodescrição em peças teatrais e outras manifestações culturais. Nóbrega (2012) argumenta que “A inclusão começa em nós e provoca uma avaliação para que julguemos em que medida os nossos valores pessoais e sociais emanam o aparecimento das barreiras atitudinais”. Sendo assim, a AD possibilita que novos

hábitos mais independentes se fortaleçam no cotidiano do usuário com deficiência visual, visto que oferece acessibilidade comunicacional através de descrição clara e objetiva de todas as informações que são compreendidas visualmente e que não estão inseridas nos diálogos. Ou seja, tal recurso descreverá as expressões faciais e corporais dos personagens, leitura de créditos etc. que são impossíveis de serem entendidas e acessadas sem o auxílio da AD.

Nitidamente a oferta da AD em eventos culturais no âmbito pinheirense pode ser um atrativo para pessoas com deficiência visual, sendo assim, faz-se necessária a conscientização pública relativa a estas particularidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia buscou, dentre suas problematizações, como os profissionais, atuantes no meio cultural, podem envolver-se nos processos de acessibilidade para planejar eventos culturais acessíveis às pessoas com deficiência visual através da audiodescrição; tendo em vista que apreciar expressões artísticas é um direito garantido a todos, considerando o espectador cego ou com baixa visão em sua pluralidade, em conformidade com suas necessidades.

No decorrer desta pesquisa, analisou-se de que forma a inclusão da pessoa com deficiência visual em eventos culturais vêm sendo planejada, considerando a audiodescrição como ferramenta de acessibilidade comunicativa.

Considerando o contexto pandêmico, houve restrição da circulação de pessoas a fim de evitar o aumento do contágio pela COVID-19, logo foi necessário ajustes para o desenvolvimento dessa pesquisa. Tal circunstância foi um fator limitante quanto ao método, inicialmente planejado.

Contudo, foi possível prosseguir à investigação que trouxe inúmeras e valiosas informações acerca da audiodescrição na peça teatral “Paixão de Cristo” no município de Pinheiro/MA, o que pode ser estendido até outras manifestações culturais já existentes e até mesmo a outros eventos realizados pela administração

municipal, com a inclusão de métodos que tornem as solenidades mais acessíveis na cidade em evidência.

Diante da hipótese levantada, no início da pesquisa, foi possível constatar que a secretaria municipal de cultura possui poucas ações voltadas para inclusão do espectador com deficiência visual nas atividades culturais. Considerando que a audiodescrição é um recurso de notável importância para pessoas que possuem algum tipo de deficiência visual, informando-os a respeito dos acontecimentos imperceptíveis e presentes em diversas manifestações culturais, percebeu-se que a ausência da utilização desta ferramenta na peça teatral "Paixão de Cristo" gera grande prejuízo no entendimento dos deficientes visuais em relação aos elementos visuais que compõem esta encenação, pois tais descrições geram a completude de compressão do enredo encenado.

Contatou-se, ainda, que há muito desconhecimento dessa ferramenta por parte dos profissionais, uma vez que, por enquanto, é disponibilizada acessibilidade comunicativa apenas aos deficientes auditivos por meio do profissional intérprete de libras. Logo, as políticas públicas de acessibilidade devem ser planejadas de forma mais abrangente pela equipe ligada à administração, a fim de contemplar melhor todas as pessoas, considerando a diversidade de deficiências existentes no município. Além de conscientizar a sociedade sobre a eliminação das barreiras atitudinais, cumprindo a legislação concernente ao acesso à cultura pelas pessoas com deficiência.

Refletindo-se nesse ponto, verifica-se que é conveniente que cada profissional do município, como também a sociedade de modo geral, devem buscar, cotidianamente, o conhecimento relativo às necessidades das pessoas com deficiências e das práticas que gerem o bem-estar, o sentimento de inclusão ao meio, tal qual examinar as atitudes a fim de não cometer barreiras sociais que impeçam a acessibilidade daqueles para os quais esta ferramenta é indispensável.

Dessa maneira, esta pesquisa obteve pontos positivos por levar ao conhecimento do Secretário de Cultura a realidade da carência da acessibilidade física e comunicativa às pessoas deficientes visuais e não somente dos deficientes auditivos que já são assistidos por meio dos intérpretes de libras. Com surgimento dessa indagação, a respeito das políticas públicas realizadas pela SEMUC, a, circunstâncias enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual, provocou impulso de mudanças de realizar a implementação de ações voltadas ao público deficiente visual, dando ideias

que, segundo o secretário entrevistado, já serão inseridas no plano de gestão do presente ano.

Nessa perspectiva, nota-se a relevância deste trabalho científico, uma vez que apresenta passos para o caminho da implementação de políticas públicas ativas na realidade local, voltadas para pessoa com deficiência visual. Do mesmo modo, este trabalho poderá ampliar a visão dos gestores municipais em relação às diversas necessidades específicas dos habitantes, fazendo com que laborem com a finalidade de atender todas elas.

A importância deste estudo refere-se também em poder dar voz àqueles que são frequentemente ultrajados nos eventos e demais manifestações culturais, dando a estes a oportunidade de expressassem suas impressões e/ou descontentamento a esse respeito. O que ficou evidenciado é que não se sentem amparados pela lei, no tocante ao acesso a cultura com devida qualidade; além de se sentirem deslocados nesses ambientes, por estarem desorientados do contexto de apresentações, devido a ausência de informações que complementam a sua compreensão do evento.

Considerando os objetivos aqui apresentados, bem como a metodologia de estudo utilizada para atingi-los, infere-se que para realização do trabalho inclusivo das múltiplas ferramentas de acessibilidade, a Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer do município de Pinheiro (MA) ainda precisa concentrar esforços para atendimento às necessidades da pessoa com deficiência visual, visto que a audiodescrição ainda não está em ação nas atividades culturais. Contudo, almejamos que muito em breve os deficientes visuais deste município desfrutem dos inúmeros benefícios e vantagens da audiodescrição em diversos espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADERALDO, Marisa Ferreira; NUNES, Maria da Salate. A audiodescrição e a acessibilidade visual: breve percurso histórico. In: ADERALDO, Marisa Ferreira et al (Org.). **Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição**. Natal: EDUFRN, 2017.

AMIRALIAN, M. L. M. T. (2004). **Sou cego ou enxergo?** As questões da baixa visão. *Educar em Revista*, Curitiba, Editora UFPR, n. 23, p. 15-28, 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/zrbZkRsyxJTVdv4BgXP8zVw/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 11 nov. 2021.

ASSUNÇÃO, Nathália Lopes de. SANTIAGO, Helena. **Manual de Eventos Acessíveis**. Empresa Júnior de Letras Quimera Consultoria, 2018. Disponível em: <
https://bdm.unb.br/bitstream/10483/23235/2/2018_NathaliaLopesDeAssuncao_manual.pdf> Acesso em 01 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998. 9 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2004.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4. ed., rev. Organização das Nações Unidas (ONU), Brasília, 2007. Disponível em: <
<https://www.governoeletronico.gov.br/documentosearquivos/A%20Convencao%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Deficiencia%20Comentada.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 04 nov 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 04 ago 2017

BRASIL. **Decreto Nº 5.371 DE 17 de fevereiro de 2005**. Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5371.htm. Acesso em 23 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005**. Dá nova redação ao art. 53 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 23 dez. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006**. Aprova a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br>. Acesso em 22 nov. 2020.

BRASIL. **Portaria MC nº 652 de 10/10/2006**. Estabelece critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao>. Acesso em 22 nov. 2020

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Braziliense, 2001.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera H. M. **Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos**: Guia de avaliação e implementação de normas técnicas. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2005.

EICH, Milena Schneid. SCHULZ, Lisiane Ott. PINHEIRO, Luciana Santos. **Audiodescrição como recurso de acessibilidade no livro didático de língua inglesa**. Trab. Ling. Aplic. Campinas, n (56.2): 443-459, mai./ago. 2017.

FAEEBA. **Educação e Contemporaneidade**. Universidade do Estado da Bahia. Salvador: UNEB. v. 26, n. 50, p. 1-296, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/comacesso/wp-content/uploads/2019/01/268-155-PB.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2021.

GABRILLI, Mara. **Não existe política pública de acessibilidade para a cultura**. Blog da Audiodescrição. Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: <<https://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2012/10/nao-existe-politica-publicade-acessibilidade-para-a-cultura.html>> Acesso em: 09 mar. 2021

GIL, Marta (org). **Deficiência visual**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>> Acesso em: 09 mar. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidadesestados/ma/pinheiro.html>> Acesso em: 10/03/2021

KOEHLER, Andressa Dias. **Audiodescrição**: um estudo sobre o acesso às imagens por pessoas com deficiência visual no Estado do Espírito Santo. 172 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6844/1/tese_11673_TESE%20%28ANDRESSA%29.pdf>. Acesso em: 09/03/2021.

JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 19ª ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

LIMA, Francisco José. **Introdução aos Estudos do Roteiro para Áudio-descrição:** sugestões para a construção de um Script anotado. Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV) 2011. Disponível em
< <http://www.associadosdainclusao.com.br/enades2016/sites/all/themes/berry/documentos/08-introducao-ao-estudo-do-roteiro.pdf>; Acesso em: 28 nov. 2020.

LIMA, F; LIMA; R.A. ; GUEDES L. C. **Em Defesa da Áudio-descrição:** contribuições da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Revista Brasileira de Tradução Visual, 1º vol, 2009. Disponível em:
< <http://www.associadosdainclusao.com.br/enades2016/sites/all/themes/berry/documentos/02-em-defesa-da-audio-descricao-contribuicoes-da-convencao-sobre-osdireitos-da-pessoa-com-deficiencia.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

LIMA Francisco José de; GUEDES Livia Couto C.; GUEDES Marcelo. Áudio-descrição: orientações para uma prática sem barreiras atitudinais. 2010. Disponível em: <<http://audiodescriptionworldwide.com/associados-da-inclusao/rbtv/audiodescricao-orientacoes-para-uma-pratica-sem-barreiras-atitudinais/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MOTA, Janine da Silva. **Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica.** Revista Humanidades e Inovação. P. 371-380. v.6, n.12 – 2019. Disponível em:
<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1106>>
Acesso em: 09 dez. 2020.

MOTTA, L.M.V.M. **A Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo.** 2016. Disponível em:
<http://www.vercompalavras.com.br/pdf/aaudiodescricaonaescola.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

NÓBREGA, Andreza. **Caminhos para inclusão:** uma reflexão sobre áudiodescrição no teatro infanto-juvenil. Recife, PE, 2012. Disponível em:
<<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12831>. Acesso em 11 mar. 2021.

NUNES, Sylvia da Silveira; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. **Desenvolvimento de conceitos em cegos congênitos:** caminhos de aquisição do conhecimento. Psicologia Escolar e Educacional, nº 12, volume 1, Jun/ 2008. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/pee/a/zvVp8FNBfyxH9b3FwJYskPx/?lang=pt>
Acesso em: 11 nov. 2021.

OLIVEIRA, M. E. de; STOLTZ, T. **Teatro na escola:** considerações a partir de Vygotsky. Educar, Curitiba, n. 36, p. 77-93, 2010. Editora UFPR. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/hLkXfdZ65VDTfztn8ng75Bd/?format=pdf&lang=pt>
. Acesso em: 10 nov. 2021.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: **Acessibilidade em ambientes culturais**. Eduardo Cardoso, Jeniffer Cuty, Organizadores. - Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

SARRAF, Viviane Panelli. **A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros**: estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças. Tese (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em Comunicação e Semiótica, 2013.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, M. A.; BATISTA, G. C.. **Mediação semiótica**: estudo de caso de uma criança cega, com alterações no desenvolvimento. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 20, n. 1, p. 148-156. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/Mk6jhrnSq5KkVJgLqcx6Vgc/abstract/?lang=pt>
Acesso em: 11 nov. 2021

SILVA, Marcos Antonio da Conceição. **Influência da cultura na educação**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 10, Vol. 11, pp. 114-128. Outubro de 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/cultura-na-educacao>
Acesso em 8 nov. 2021

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PINHEIRO/ CESPI CURSO
DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: AUDIODESCRIÇÃO E ACESSIBILIDADE CULTURAL:
uma análise das impressões dos espectadores com deficiência visual sobre a peça
“Paixão de Cristo” no município de Pinheiro (MA).

ACADÊMICA: REGILENE BRITO COSTA

ORIENTADORA: Dinalva Pereira Gonçalves

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual do Maranhão

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **AUDIODESCRIÇÃO E ACESSIBILIDADE CULTURAL**: *uma análise das impressões dos espectadores com deficiência visual sobre a peça “Paixão de Cristo” no município de Pinheiro (MA)*, realizada pela estudante Regilene Brito Costa, discente do curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Pinheiro, da Universidade Estadual do Maranhão. Este estudo constituirá Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da mencionada discente e está sendo orientado pela prof^a. Ma Dinalva Pereira Gonçalves.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a audiodescrição como recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, em especial, a utilização da ferramenta inserida no contexto cultural no Município de Pinheiro-MA.

Se você concordar em participar do estudo, você responderá uma entrevista semiestruturada e nos autorizará a transcrevê-la, com o objetivo de compor resultado do trabalho. Assim sendo, a pesquisa não oferecerá riscos à saúde, nem desconforto a você e demais agentes envolvidos. Os dados coletados contribuirão para que, a partir da análise de um universo particular, se possa construir aportes teóricos mais amplos para compreensão do processo de inclusão de pessoas com deficiência visual em eventos culturais, tais como a Paixão de Cristo por meio de recursos de acessibilidade.

O estudo também possui relevância social, visto que pode favorecer a busca por alternativas para superação de barreiras à acessibilidade na realidade local, mediante a troca de conhecimentos entre os sujeitos da pesquisa, professores, estudantes e comunidade acadêmica em geral. Você não arcará com qualquer despesa pela participação neste estudo, nem será reembolsado por sua contribuição. Fica garantida a confidencialidade, sigilo, privacidade das informações coletadas. Também, você terá liberdade para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo à continuidade do estudo.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PINHEIRO/ CESPI CURSO
DE PEDAGOGIA

Eu _____,
declaro que li as informações supra acerca do estudo e que me sinto perfeitamente
esclarecida/o sobre o seu conteúdo, assim como não sofrerei riscos e nem benefícios.
Participo por minha livre vontade da pesquisa, cooperando com a coleta de dados
para o seu bom termo.

Pinheiro/MA, ____ / ____ / ____

Assinatura da/o participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE CULTURA

I – Identificação

- a) Nome:
- b) Idade:
- c) Gênero: Masculino () / Feminino ()
- d) Formação inicial (graduação):
- e) Formação continuada (Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, cursos de curta duração, etc.):
- f) Quanto tempo atua no cargo de secretário de cultura?

II – Questões

- 1 O que você entende por acessibilidade?
- 2 Você já teve contato com algum deficiente visual? Se sim, como foi a experiência?
- 3) Para você, é possível uma pessoa com deficiente visual assistir eventos culturais organizados pela Secretaria? Justifique sua resposta.
- 4) Existem políticas, programas ou ações da Secretaria Municipal de Cultura vinculada a prefeitura de Pinheiro voltada para as pessoas cegas? Em caso afirmativo, quais?
- 5) De que forma a secretaria de cultura contribui com a inclusão do espectador com deficiência visual na encenação teatral “Paixão de Cristo” para ter acesso à cultura e à informação de forma acessível?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DEFICIENTES VISUAIS

I – Identificação a)

Nome:

b) Idade:

c) Gênero: Masculino () / Feminino ()

d) Formação inicial (graduação):

II - Questões

1- Você sente-se amparado pelas leis de acessibilidade no contexto pinheirense?

2 - Você acredita que à audiodescrição em eventos culturais favorecem a inclusão da pessoa com deficiência visual? Em caso afirmativo, justifique sua resposta.

3 – Você já assistiu a peça Paixão de Cristo na cidade de Pinheiro?

4 - Quais as dificuldades que você enfrenta(ou) para entender esse evento?

5 – Com relação aos eventos promovidos pela secretaria de cultura quais sugestões você daria para torna-lo mais compreensíveis e acessíveis para pessoa com deficiência visual?

ANEXOS

ANEXO A – HISTÓRICO DO GRUPO TEATRAL PAIXÃO DE CRISTO



GRUPO TEATRAL PAIXÃO DE CRISTO

CNPJ : 00146345/0001-58
Rua Jerônimo Ramalho 201 Matriz
Pinheiro - MA

CURRÍCULUM

Grupo Teatral Paixão de Cristo

- ↗ Rua Jerônimo Ramalho N- 201
- ↗ CEP: 65200-000 / Fone: (98) 9609-3935
- ↗ CNPJ: 00146345/0001-58
- ↗ Cidade: Pinheiro-Maranhão
- ↗ Registro: Cartório do 1º Ofício da cidade de Pinheiro-MA, sob folha 487, Livro 46-B de Títulos e Documentos Jurídicos

Objetivos

Promover o desenvolvimento cultural através da arte cênica, além de proporcionar lazer e cultural, valorizando o trabalho do ser humano independente de raça ou religião.

Histórico do Grupo Teatral Paixão de Cristo

O Grupo Teatral Paixão de Cristo foi fundado em 16 de Outubro de 1986, por Osvaldo dos Santos Freire, Cravinato Nunes Soeiro Neto, José Pedro Amengol Filho, Antonio Eusébio Rodrigues Filho, José Carlos Silva, Raimundo Carlos Pereira Diniz, sendo realizado a princípio em Teatro Fechado, quando conseqüentemente passou a ser apresentado nas ruas praças e avenidas da cidade de Pinheiro-MA, e a cada dia obtendo mais afinidade com o público em relação a Teatro ao Ar Livre, sendo apresentado em Municípios vizinhos, (Santa Helena (1990), Bequimão (1991), Palmerândia (1993), e Presidente Sarney (1997), já tendo sido incluído no calendário de Eventos Culturais do Brasil pelo Ministério da Cultura.

O Grupo passou modestamente a ser personalidade jurídica em 1990, sob número de CGC: 001146345/0001-58 no Cartório do 1º Ofício da cidade de Pinheiro-MA, sob folha 487, Livro 46-B de Títulos e Documentos Jurídicos, sendo considerado Superprodução de Teatro ao Ar Livre do Maranhão.

Projetos Realizados

- 1987 Apresentação da peça Paixão de Cristo no Teatro Governador José Sarney da cidade de Pinheiro-MA
- 1988 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Pinheiro-MA
- 1989 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Pinheiro-MA
- 1989 Apresentação da peça o Alto da Compadecida no Teatro Governador José Sarney da cidade de Pinheiro-MA
- 1990 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas na cidade de Santa Helena-MA



GRUPO TEATRAL PAIXÃO DE CRISTO

CNPJ : 00146345/0001-58
Rua Jerônimo Ramalho 201 Matriz
Pinheiro - MA

- 1990 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Pinheiro-MA
- 1990 Apresentação da peça O Pagador de Promessas no Teatro Governador José Sarney da cidade de Pinheiro-MA
- 1991 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Pinheiro-MA
- 1991 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Bequimão-MA
- 1992 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Pinheiro-MA
- 1993 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Pinheiro-MA
- 1993 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Palmeirândia-MA.
- 1994 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Pinheiro-MA.
- 1995 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Pinheiro-MA
- 1996 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Pinheiro-MA
- 1997 Apresentação da peça Paixão de Cristo no Parque Folclórico da cidade de Pinheiro-MA
- 1997 Apresentação da peça Paixão de Cristo nas Ruas, Praças e Avenidas da cidade de Presidente Sarney-MA.
- 1997 Apresentação de um espetáculo em homenagem aos 50 anos da chegada dos missionários do Sagrado Coração em Pinheiro no Pátio interno do Colégio Pinheirense
- 1998 Apresentação da peça Paixão de Cristo no Parque Folclórico da cidade de Pinheiro-MA
- 1999 Apresentação da peça Paixão de Cristo no Parque Folclórico da cidade de Pinheiro-MA
- 2000 Apresentação da peça Paixão de Cristo na Praça Jose Sarney da cidade de Pinheiro-MA.
- 2001 Apresentação da peça Paixão de Cristo no Parque Folclórico da cidade de Pinheiro-MA.
- 2008 Apresentação da peça O Nascimento de Cristo na praça Padre Newton Pereira da cidade de Pinheiro – MA
- 2009 Participou do Fórum Municipal Permanente das Diversidades Étnicas – Culturais e Turismo de Pinheiro – MA
- 2008 -Apresentação da peça O Nascimento de Cristo na praça Padre Newton Pereira da cidade de Pinheiro – MA
- 2009-2018-Apresentação da peça O Nascimento de Cristo nas comunidades da cidade de Pinheiro - MA
- 2016-2018 –Apresentação da peça Paixão de Cristo na Praça Jose Sarney na cidade de Pinheiro-MA.

ANEXO B - RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 – 2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
 ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
 DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC
 Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000



RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 - 2020
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E
 JUVENTUDE – SECTUJ
DEPARTAMENTO DE CULTURA.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA,
 TURISMO E JUVENTUDE

PINHEIRO – MA
 2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC
 Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

FICHA INSTITUCIONAL

Prefeitura Municipal de Pinheiro

CNPJ: 06.200.745/0001-80

ENDEREÇO : Praça José Sarney, nº 560 – Centro – CEP: 65200-000

MUNICÍPIO: Pinheiro

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Maranhão

GESTOR MUNICIPAL 2016-2020: João Luciano Silva Soares

INSTITUIÇÃO EXECUTORA

Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Juventude – SECTUJ

Departamento de Cultura - DC

CNPJ: 06.200.745/0001-80

ENDEREÇO: Rua José Anastácio, nº 365 – Centro (prédio do Centro Cultural José Sarney)

MUNICÍPIO: Pinheiro

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Maranhão

GESTOR DA SECRETARIA: Filemon Cecílio Guterres Sobrinho

TÉCNICO RESPONSÁVEL

NOME: Chris França Pereira

ENDEREÇO: Rua Américo Gonçalves, nº 307 – São Benedito

MUNICÍPIO: Pinheiro

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Maranhão

TELEFONES: (98) 99161-3745/98570-3651

E-MAIL: chrisfranca.p@outlook.com

CPF: 467.719.053-49

RG: 19653562002-3 SSP/MA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
 ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
 DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC
 Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

ASPECTOS CULTURAIS

As políticas culturais do Município que hoje são geridas pela Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Juventude – SECULTJ, através do Departamento de Cultura, foram estabelecidas pela Lei 2481 de 03 de junho de 2009, revogada pela Lei 2.744 de 28 de dezembro de 2018, a qual institui o Sistema Municipal de Cultura de Pinheiro, sistema este, necessário para a manutenção e o fomento dessa política cultural.

Ao assumirmos a **Pasta no ano de 2017**, recebemos uma Secretaria totalmente desestruturada, sem mobiliário, com alguns poucos documentos, dentre eles, somente ofícios e memorandos de procedimentos internos. Não havia um Calendário Cultural Oficial e o Município havia perdido o prazo de diligências encaminhadas, na época, pelo extinto Ministério da Cultura – MINC para a inclusão de Pinheiro-MA no Sistema Nacional de Cultura.

Ao longo desses 4 anos a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Juventude – SECTUJ, por meio do seu Departamento de Cultura – DC, realizou diversas ações de forma direta e/ou indireta, através da parceira intersetorial, realizando tanto as atividades culturais que fazem parte do calendário sazonal nacional quanto as que fazem parte da cultura profana e religiosa local e aquelas que se sistematizam ao longo ano.

Porém, muitas ações elencada tanto nos nossos Planos Anuais - PA, quanto as citadas no Plano Plurianual – PPA, não foram executadas por falta de recursos tanto materiais, financeiros e humanos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
 ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
 DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC
 Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

ÓRGÃOS QUE FAZEM PARTE DA POLÍTICA CULTURAL DE PINHEIRO:

- Biblioteca Pública Municipal. (Parte está na APLAC e outra parte encontra-se dentro do Centro Cultural José Sarney)
- Centro Cultural José Sarney. (Centro de convenções, com salas para capacitações e espaço para apresentações culturais)
- Espaço Cultural (Espaço destinado aos grupos populares para realizações de seus ensaios e/ou apresentações)
- Museu Casa Memória José Sarney. (Residente oficial do nascimento do ex presidente José Sarney)
- Prédio da Usina de Pinheiro (Prédio antigo onde funcionou a Usina que abastecia a cidade com a eletricidade e atualmente funciona a Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências – APLAC – Usina de Ideais.

ATIVIDADES CULTURAIS SAZONAIS QUE FIZERAM OU AINDA FAZEM PARTE DAS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO

- Carnaval
- Réveillon
- Festejos de Santo Inácio
- Regata do Domingo de Ramos
- Exposição Agropecuária
- Desfiles de 07 de setembro
- Jogos Escolares (JEPS)
- Festas Juninas
- Bumba-meu-boi
- Tambor de Crioula



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
 ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
 DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC
 Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

- Tambor de Mina/terêcô
- Tambor Grande
- Pajelança,
- Capoeira
- Festa do Divino Espírito Santo
- Grupo teatro Paixão de Cristo
- Cacuriá
- Aniversário de Pinheiro
- Movimentos Afros (Grupo RAÍZES)

CULTURA RELIGIOSA

- Igrejas Católicas: Distribuída em 04 paróquias: Paróquia de Santo Inácio de Loyola, Paróquia de São Benedito, Paróquia de São José e Paróquia de Pacas: total de **102 Igrejas** no total, sendo 24 igrejas na sede do município e 78 igrejas na zona rural.
- Centros Espíritas: **04 centros** na sede.
- Terreiros de Mina/terêcô: **15 terreiros** na sede.
- Igrejas pentecostais e neopentecostais : **73 Igrejas** no total, sendo:
 - Igreja Batista de Pinheiro (IBP): 06 Igrejas na sede e 02 na zona rural. Totalizando **08 Igrejas**
 - 1ª Igreja Batista de Pinheiro: 03 Igrejas na sede e 02 na zona rural. Totalizando **05 Igrejas**
 - Igreja Batista Nacional: **01 Igreja** na sede
 - Igrejas com diversas denominações espalhadas pela cidade: **10 Igrejas**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
 ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
 DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC
 Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

- Igreja Assembleia de Deus: 28 Igrejas na sede e 21 na zona rural. Totalizando **49 Igrejas**

AÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE - SECTUJ

DEPART DE CULTURA

2017/2020

- Manutenção da cultura popular através das festas sazonais:
 - ✚ **CARNAVAL** – manutenção do corredor da folia oficial com criação de mais um bloco carnavalesco, e valorização da festa Momesca com a apresentação de bandas locais, regionais e nacionais.
 - ✚ **SÃO JOÃO** – valorização da cultura popular folclorista local, diversificando com atrações nacionais e a criação de concursos juninos como forma de manutenção da cultura popular.
 - ✚ **REVEILLON** – Apresentação de show pirotécnico e bandas do cenário regional.
- Outras realizações:
 - ✚ Valorização das artes cênicas com apoio à Peça Paixão de Cristo;
 - ✚ Realização da tradicional Porfia de Canoas, no Rio Pericumã;
 - ✚ Apoio à montagem do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Pinheiro;
 - ✚ Realização do Fórum Municipal de Cultura;
 - ✚ Mapeamento dos indicadores culturais do Município de Pinheiro (Cadastro dos artistas e folcloristas);
 - ✚ Criação do Calendário Oficial Cultural de Pinheiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC
 Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

- ✦ Sanção da Lei 2692/2017 – que institui a Semana Municipal de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de Pinheiro e o Fórum Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Pinheiro;
- ✦ Realização da Festa do Dia das Crianças com doação de mais de 10 mil brinquedos para as crianças pinheirenses;
- ✦ Realização do Natal de Luz, proporcionando aos pinheirenses a vivência do espírito natalino com a decoração das principais praças e avenidas de nossa cidade no período natalino.
- ✦ Valorização da cultura de Matriz Africana, o Tambor de Crioula com a realização do I Festival Regional dos Cantadores de Tambor de Crioula.

CALENDÁRIO CULTURAL DE PINHEIRO

MESES	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 06 – Festa de Santos Reis 	- Festa do calendário nacional.
	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 20 – Festa de São Sebastião/Divino 	- Realizada na igreja de São Sebastião no bairro da Tiririca, bem como em alguns terreiros de nossa cidade associadas à festa do Divino Espírito Santo.
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> • Carnaval • Bloco das Patifas (Tombado como Patrimônio Imaterial de Pinheiro) 	- Realizações de pré-carnavais nas praças de nossa cidade - Festa que varia o mês no calendário nacional
Março	<ul style="list-style-type: none"> • Culto da Amigas (Igreja Batista Nacional) 	Evento realizado pela Igreja batista Nacional



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC

Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

		em alusão ao dia Internacional da Mulher
Abril	<ul style="list-style-type: none"> • Domingo de Ramos (porfia de canoas) 	- Festa que varia o mês no calendário nacional
	<ul style="list-style-type: none"> • Peça Paixão de Cristo 	- Festa que varia o mês no calendário nacional
	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 24 – Aniversário de José Sarney 	
Maio	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 01 – Festa do Trabalhador 	- Realizado pela prefeitura.
	<ul style="list-style-type: none"> • Início do mês Mariano (Coroação) (Igrejas Católicas) 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Cultor da Missões (Igreja Batista Nacional) 	Evento realizado pela Igreja batista Nacional. Não há data fixa do mês.
	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 13 – Festival de tambor de crioula – “Ginga Zé Macaco 	- Organizado pela família de Zé Macaco
	<ul style="list-style-type: none"> • Tributo a Boby Marley 	- Realizado pelo CCN Raízes
	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 22 Festejo de Santa Rita de Cassia (Igreja católica) 	- Realizada pela Igreja Católica de Santa Rita localizada no bairro do João Castelo)
	<ul style="list-style-type: none"> • Evento Dia do Pastor (Igreja Batista Nacional) 	Evento realizado pela Igreja batista Nacional. Não data fixa do mês.
Junho	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 13 – Festejo de Santo Antônio (Terreiro de Sebastiãozinho) 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 18 Dia do Tambor de Crioula 	Instituído pela Lei 13.248 de 12 de janeiro de 2016. Considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pelo IPHAN.
	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 24 – Festejo de São João (Igreja de São João) 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Festejos Juninos (Parque do Povão) 	- Data de início varia de acordo com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC

Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

		determinação do gestor municipal.
	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 29 – Festejo de São Pedro (Igreja de São Pedro) 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Festa de Terreiro Tenda de Oxóssi (Cabocla Chica Baiana) (Mãe-de-Santo Zezeca) 	- A data do mês varia de acordo com o calendário do Terreiro
Julho	<ul style="list-style-type: none"> • Pinheiro Forró Fest 	A data varia de acordo com a produtora do evento.
	<ul style="list-style-type: none"> • Festival Canta Doegnes 	Os organizadores ainda não definiram o dia do mês
	<ul style="list-style-type: none"> • Evento Acampa Jovem 	Evento realizado pela Igreja batista Nacional. Não há data fixa no mês
	<ul style="list-style-type: none"> • Reggae do Vinil 	Não há data fixa no mês. Realizada por uma produtora de eventos local
	<ul style="list-style-type: none"> • Festejo de Santo Expedito (Igreja Católica) 	Realizado na Igreja de Santo Expedito localizada no bairro da Bubalina, na primeira quinzena do mês
	<ul style="list-style-type: none"> • Evento Congresso de Jovens (Igreja IBP) (Bienal) 	A data do mês varia de acordo com o calendário da Igreja
	<ul style="list-style-type: none"> • Festejo de Santo Ignácio de Loyola (Padroeiro de Pinheiro) 	Segunda quinzena do mês, determinado pela Igreja Católica
	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 30 - Festa de Terreiro Caboclo Zé Raimundo (Pai- de- Santo Tim) (Umbanda) 	
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> • Festejo de Nossa Senhora do Sagrado Coração (Igreja Católica) 	Realizada na primeira quinzena do mês na Igreja do mesmo nome
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> • Festa Noite da Luarada 	Realizada por um por Zé Maria Fotografo, produtor local. Tem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC

Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

		como data a 1ª lua cheia do mês
	<ul style="list-style-type: none"> Festejo de São Raimundo Nonato (Igreja Católica) 	Realizada na segunda quinzena do mês na Igreja do mesmo nome localizada no bairro de Alcântara
	<ul style="list-style-type: none"> Dia 03 – Aniversário da cidade de Pinheiro Dia 07 – Desfile cívico 	
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> Evento Culto das Missões Estaduais 	Evento realizado pela Igreja batista Nacional. Não há data fixa no mês.
	<ul style="list-style-type: none"> Festejo do Sagrado Coração de Jesus (Igreja Católica) 	Realizada na primeira quinzena do mês na Igreja do mesmo nome, localizada no bairro da Cohab
	<ul style="list-style-type: none"> Evento Congresso de Mulheres (Igreja IBP) (bienal) 	A data do mês varia de acordo com o calendário da Igreja
	<ul style="list-style-type: none"> Evento Caminhada com a Bíblia (Igreja Católica) 	Geralmente realizado no dia 26 do mês, porém, pode haver alteração do dia dependendo dos organizadores
	<ul style="list-style-type: none"> Festa da “Maria Cebola” 	- Festa tradicional realizada pela senhora Teresinha Durans, no bairro de Pacas. O dia da festa depende da informação da proprietária.
	<ul style="list-style-type: none"> Festejo de Santa Terezinha (Igreja Católica) 	Realizada na primeira quinzena do mês na Igreja do mesmo nome, no bairro do Antigo Matadouro
	<ul style="list-style-type: none"> Festejo de São Francisco de Assis (Igreja Católica) 	Realizada na primeira quinzena do mês na Igreja do mesmo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC

Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

		nome, no bairro do São Francisco)
	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 12 - Festejo de Nossa Senhora Aparecida (Igreja católica) 	Realizada na Igreja do mesmo nome, no bairro Vila Filuca)
	<ul style="list-style-type: none"> • Festejo de Santa Tereza de Ávila (Igreja Católica) 	Realizada na segunda quinzena do mês na Igreja do mesmo nome, no bairro Pedrinha dos Fugaças
	<ul style="list-style-type: none"> • Festejo de São José (Igreja Católica) 	Realizada na segunda quinzena do mês na Igreja do mesmo nome, no bairro Fomento
	<ul style="list-style-type: none"> • Evento Congresso de Mulheres (Igreja Pentecostal Jesus é o poder) 	Não há uma data fixa do mês
	<ul style="list-style-type: none"> • Reggae Cidade do Vinil 	Não há data fixa no mês. Realizada por uma produtora de eventos local
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> • Dia 20 – Dia da Consciência Negra 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Festival de Tambor de Crioula de Mestre Venâncio 	- Realizado pelos familiares de Venâncio.
	<ul style="list-style-type: none"> • Feira Cultural (Igreja IBP) 	A data do mês varia de acordo com o calendário da Igreja
	<ul style="list-style-type: none"> • Evento: Marcha para Jesus (Ecumênico) 	Não há uma data fixa do mês
	<ul style="list-style-type: none"> • Festejo de São Benedito (Igreja Católica) 	Realizada na segunda quinzena do mês na Igreja do mesmo nome, no bairro São Benedito
	<ul style="list-style-type: none"> • Festejo de Nossa Senhora das Graças (Igreja Católica) 	Realizada na segunda quinzena do mês na Igreja do mesmo nome, no bairro Vila Boa Esperança



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC
 Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

	<ul style="list-style-type: none"> Festa Noite das Recordações 	Realizada por um por Zé Maria Fotografo, produtor local.
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> Dia 08 Festejo de Nossa Senhora da Conceição 	
	<ul style="list-style-type: none"> Dia 08 Festejo de Maria Conceição (Terreiro Tenda de Oxóssi) (Umbanda) 	
	<ul style="list-style-type: none"> Evento Marcando a Nova Geração (Igreja IBP) 	Primeira semana de dezembro
	<ul style="list-style-type: none"> Dia 13 Festejo de Santa Luzia (Igreja Católica) Dia 13 Festejo no Terreiro de Dona Luzia (Umbanda) 	
	<ul style="list-style-type: none"> Evento Aniversário da Igreja Batista Nacional 	Evento realizado pela Igreja Batista Nacional, no 3º final de semana
	<ul style="list-style-type: none"> Festival de Arte da APAE 	Acontece de acordo com o termino do ano letivo da escola (data móvel)
	<ul style="list-style-type: none"> Peça teatral “ O nascimento do Menino Jesus” 	
	<ul style="list-style-type: none"> Dia 25 –Natal Dia 31 – Réveillon 	





PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC
Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
65200-000

**PLANO DE AÇÃO – PA
DO DEPARTAMENTO DE CULTURA PARA 2021**

- Criação do Festival de Teatro Estudantil de Pinheiro – FETEP;
- Mapeamento e/ou atualização cadastral dos grupos folclóricos, parafolclóricos e artistas dos diversos segmentos, da cidade;
- Capacitação em elaboração de projetos para os segmentos artísticos local (Lei Rouanet) (projetos diversos);
- Curso de iniciação básica em teatro (Ministrado pelo Centro de Artes Cênicas de Maranhão – CACEM);
- Capacitação de bordado em couro de boi e indumentárias folclóricas;
- Realização do Fórum Municipal de Cultura;
- Restruturação do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Pinheiro;
- Criação do Festival Pinheirense de Música Popular Brasileira – FEPIMPB;
- Projeto “Eu Amo Minha Rua – Decoração Natalina;
- Cantata natalina;
- Outras ações a serem elaboradas a partir das escutas dos segmentos sociais.

**PROPOSTA NA ÁREA DA CULTURA PARA PLANO DE GOVERNO DE
JOÃO LUCIANO
GESTÃO 2021 A 2024**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA,
TURISMO E JUVENTUDE**

AÇÕES	SUB-AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do Parque Folclórico (Parque do Povão). 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do Boidrômio com camarins para os brincantes e espaço adequado para os espectadores; • Asfaltamento das ruas de dentro do Parque, com o devido serviço de drenagem e escoamento das águas pluviais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC

Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
65200-000

<ul style="list-style-type: none"> • Construção do Teatro Municipal de Pinheiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção das instalações prediais do teatro Municipal, com capacidade para 500 pessoas, respeitando as indicações de acessibilidades para as pessoas com deficiências, e de acordo com as normas técnicas determinadas pela categoria.
<ul style="list-style-type: none"> • Criação dos Centros das Artes Pinheirense 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção ou adaptação de instalação predial onde servira de apoio logístico para os artistas da terra, sobretudo os artesãos e artistas plásticos, para exporem suas artes e socializarem conhecimentos nas áreas das artes.
<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de uma Política Cultural descentralizada, estabelecendo os mecanismos de financiamento da cultura popular pinheirense, tornando seu acesso mais democrático; • Ampliar os recursos para a cultura e otimizar o seu uso, visando ao benefício de toda a sociedade pinheirense e ao equilíbrio entre as diversas fontes: orçamento público, com a fixação em lei de um percentual mínimo dos recursos para a área; fundos públicos; renúncia fiscal e fundo privado.
<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Lei do Tombamento do Patrimônio Material e Imaterial de Pinheiro (resp. Executivo) 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de mecanismos que venham mapear, tomba e salvar nosso patrimônio material e imaterial que servirá para elaboração de Políticas Públicas e fonte de pesquisa para manutenção e perpetuação de nossa história.
<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Programa FORMALIZAR 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de incentivo à formalização das associações fazedoras de cultura em nosso Município, subsidiando 100% do primeiro registro em cartório (Ata de Fundação e eleição da primeira diretoria e Estatuto), bem como o registro no banco de dados da Receita Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE – SECTUJ
DEPARTAMENTO DE CULTURA - DC
 Rua José Anastácio, nº 365 – Prédio do Centro Cultural José Sarney - Centro – Pinheiro/MA – CEP:
 65200-000

<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização do Centro Cultural José Sarney 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de revitalização das dependências externas e internas do Centro Cultural Sarney, respeitando as normas de acessibilidade às pessoas com deficiência, transformando-o em espaço de uso dos artistas pinheirenses para seus ensaios técnicos, exposições, apresentações e outros fazeres artísticos.
<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização da Biblioteca Pública Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • Centralização em um único espaço, adequado, da Biblioteca Pública Municipal, e digitalização de todo seu acervo, para futura preservação do seu patrimônio literário.
<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Orquestra Municipal de Pinheiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de valorização da música popular e erudita, bem como a formação profissional de músicos locais, possibilitando assim sua capacitação e inserção no mercado musical e sua geração de renda.
<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Pinheiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação física e de pessoal do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Pinheiro, possibilitando assim a construção das Políticas Públicas de nosso município nas áreas culturais de forma democrática e participativa, ouvindo as necessidades das classes envolvidas.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA,
 TURISMO E JUVENTUDE**

FILEMON CECÍLIO GUTERRES SOBRINHO

Secretário Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Juventude – SECTUJ.